

Telecomunicações do Brasil

Subsídios para a
Avaliação do PPA 2012-2015
Ano base 2013

Brasília, 8 de outubro de 2013



Contextualização da Avaliação

A avaliação será feita em torno da comunicação, enquanto **uma dimensão estratégica para o desenvolvimento do país**, partindo de três desafios:

1. Garantir a comunicação como um direito da sociedade;
2. Permitir que a pluralidade de atores seja protagonista de meios e de formatos comunicativos que fortaleçam a democracia e a identidade nacional;
3. Aprimorar a comunicação do Estado como forma de garantir os dois aspectos anteriores e de melhorar a gestão de serviços públicos.

Fundamentos Estratégicos 1

As Telecomunicações do Brasil
são a infraestrutura crítica
necessária, essencial, singular e estruturante
para que vençamos o desafio 1 de

“Garantir a comunicação
como um **direito da sociedade**”

Sociedade composta por cidadãos
localizados em **qualquer parte** do
território nacional

Fundamentos Estratégicos 2

As Telecomunicações do Brasil
são a infraestrutura crítica
necessária, essencial, singular e estruturante
para que vençamos o desafio 2 de

“Permitir que a **pluralidade de atores** seja
protagonista de meios e de formatos comunicativos que **fortaleçam a**
democracia e a identidade nacional”

Pluralidade de atores protagonistas
de meios e formatos comunicativos
disponíveis em **qualquer parte** do
território nacional

Fundamentos Estratégicos 3

**As Telecomunicações do Brasil
são a infraestrutura crítica
necessária, essencial, singular e estruturante
para que vençamos o desafio 3 de**

**“Aprimorar a comunicação do Estado como forma de garantir os dois
aspectos anteriores e de melhorar a gestão de serviços públicos”**

**Melhorar a gestão visando a
prestação de serviços públicos de qualidade
para “qualquer cidadão” em “toda parte”
do território nacional**

Fundamento Estratégico Síntese

**As Telecomunicações do Brasil
são a infraestrutura crítica
necessária, essencial, singular e estruturante**

De qualquer solução para os
desafios colocados como partida
para a produção de subsídios para esta
Avaliação do PPA 2012-2015 - Ano base 2013

Insumos para as Oficinas

- Mensagem Presidencial que encaminha ao Congresso Nacional o Plano Plurianual 2012-2015 da União; e
- Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015 ano base 2012

As Telecomunicações na



As Telecomunicações na Mensagem Presidencial

VISÃO DE FUTURO

... trabalharemos para que o Brasil seja um país reconhecido:

- Por seu modelo de desenvolvimento sustentável, bem distribuído regionalmente, que busca a igualdade social com educação de qualidade, produção de conhecimento, inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental.
- Por ser uma Nação democrática, soberana, que defende os direitos humanos e a liberdade, a paz e o desenvolvimento no mundo.

A questão é: é possível realizar esta Visão de Futuro sem as Telecomunicações integradas às Tecnologias da Informação?

As Telecomunicações na Mensagem Presidencial

CENÁRIO MACROECONÔMICO

- O novo ambiente internacional de acirramento da concorrência por mercados com maiores perspectivas de expansão se apresenta, portanto, como um desafio importante para a economia brasileira manter sua trajetória de crescimento ao longo do período do PPA 2012-2015.
- Assim, o novo cenário internacional requer a adoção de políticas que elevem a competitividade da economia brasileira e possibilitem uma inserção ativa do país na economia mundial.

A questão é: é possível elevar a competitividade da economia brasileira e possibilitar uma inserção ativa do país na economia mundial sem as Telecomunicações integradas às Tecnologias da Informação?

As Telecomunicações na Mensagem Presidencial

Cenário
de
Referência



A questão é: é possível realizar o Cenário Desejado sem as Telecomunicações integradas às Tecnologias da Informação?

As Telecomunicações na Mensagem Presidencial

CENÁRIO MACROECONÔMICO

- ... o novo ambiente requer a adoção de políticas com vistas a **eleva a competitividade da economia** brasileira nos próximos anos.
- O Governo já está atuando nessa direção, com destaque para as ações relativas à **redução dos custos tributários** – conforme agenda tributária do Governo Federal; à **melhoria nas condições de infraestrutura** – como o PAC; ao **reforço do capital humano**, com o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e com medidas para a **expansão da qualificação profissional**; além de incentivos para **ampliação da inovação produtiva** – conforme agenda da política industrial, dentre outras ações.

A questão é: é possível eleva a competitividade da economia brasileira sem as Telecomunicações integradas às Tecnologias da Informação e ainda com aumento da carga tributária sobre elas incidente?

As Telecomunicações na Mensagem Presidencial

MACRODESAFIOS

1. Projeto Nacional de Desenvolvimento: dar seguimento ao Projeto Nacional de Desenvolvimento apoiado na redução das desigualdades regionais, entre o rural e o urbano e na continuidade da transformação produtiva ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda;
2. Erradicação da Pobreza Extrema: superar a pobreza extrema e prosseguir reduzindo as desigualdades sociais;
3. Ciência, Tecnologia e Inovação: consolidar a ciência, tecnologia e inovação como eixo estruturante do desenvolvimento econômico brasileiro;
4. Conhecimento, Educação e Cultura: propiciar o acesso da população brasileira à educação, ao conhecimento, à cultura e ao esporte com equidade, qualidade e valorização da diversidade;
5. Saúde, Previdência e Assistência Social: promover o acesso universal à saúde, à previdência e à assistência social, assegurando equidade e qualidade de vida;
6. Cidadania: fortalecer a cidadania, promovendo igualdade de gênero e étnico-racial, respeitando a diversidade das relações humanas e promovendo a universalização do acesso e elevação da qualidade dos serviços públicos;

As Telecomunicações na Mensagem Presidencial

7. Infraestrutura: expandir a infraestrutura produtiva, urbana e social de qualidade, garantindo a integração do Território Nacional e do país com a América do Sul;
8. Democracia e Participação Social: fortalecer a democracia e estimular a participação da sociedade, ampliando a transparência da ação pública;
9. Integridade e Soberania Nacional: preservar os poderes constitucionais, a integridade territorial e a soberania nacional, participando ativamente da promoção e defesa dos direitos humanos, da paz e do desenvolvimento no mundo;
10. Segurança Pública: promover a segurança e integridade dos cidadãos, através do combate à violência e do desenvolvimento de uma cultura de paz;
11. Gestão Pública: aperfeiçoar os instrumentos de gestão do Estado, valorizando a ética no serviço público e a qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

A questão é: é possível enfrentar qualquer um desses Macrodesafios sem as Telecomunicações integradas às Tecnologias da Informação? Por que não foram considerados os Macrodesafios que elas próprias - Telecomunicações integradas às Tecnologias da Informação - enfrentam?

As Telecomunicações na Mensagem Presidencial

POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA

Transporte Rodoviário

Transporte Hidroviário

Transporte Ferroviário

Transporte Marítimo

Aviação Civil

Energia Elétrica

Combustíveis

Petróleo e Gás

Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Oferta de Água

Gestão de Riscos e Resposta a Desastres



Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Moradia Digna

Saneamento Básico

Mobilidade Urbana e Trânsito

Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia 1

- Há tempos é reconhecida a importância de uma **infraestrutura adequada** para a geração de um **ambiente propício ao desenvolvimento**.
- A **oferta eficiente de serviços públicos e de infraestrutura condiciona significativamente a produtividade e a competitividade do sistema econômico**, ao mesmo tempo em que **melhora o bem-estar social**. Portanto, **uma adequada distribuição da infraestrutura e de serviços correlatos, é condição indispensável para que o país possa desenvolver vantagens competitivas**, alcançando maior grau de **especialização produtiva**.
- Os **investimentos em infraestrutura elevam a competitividade sistêmica da economia**, melhorando as condições de transportes, de **comunicação** e de fornecimento de energia.
- Além disso, tais inversões promovem **efeitos multiplicadores e dinamizadores nos demais setores**, induzindo a outros investimentos.

Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia 2

- As Tecnologias de Informação e Comunicação têm **grande impacto no setor produtivo e no bem-estar das famílias**.
- Existe no país uma **adequada densidade ao serviço de telefonia celular**.
- Por outro lado, **o nível de renda de grande parcela da população restringe o acesso aos serviços de telefonia fixa e de internet banda larga**.
- O marco legal do setor de telecomunicações **não considera a banda larga um serviço público**, o que acaba reduzindo o leque de instrumentos de regulação pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).
- **A concorrência na prestação deste serviço é baixa**, especialmente nas localidades mais afastadas e nas áreas cujas populações têm menor poder aquisitivo, visto que as empresas de telefonia controlam a oferta e privilegiam as áreas mais rentáveis.

Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia 3

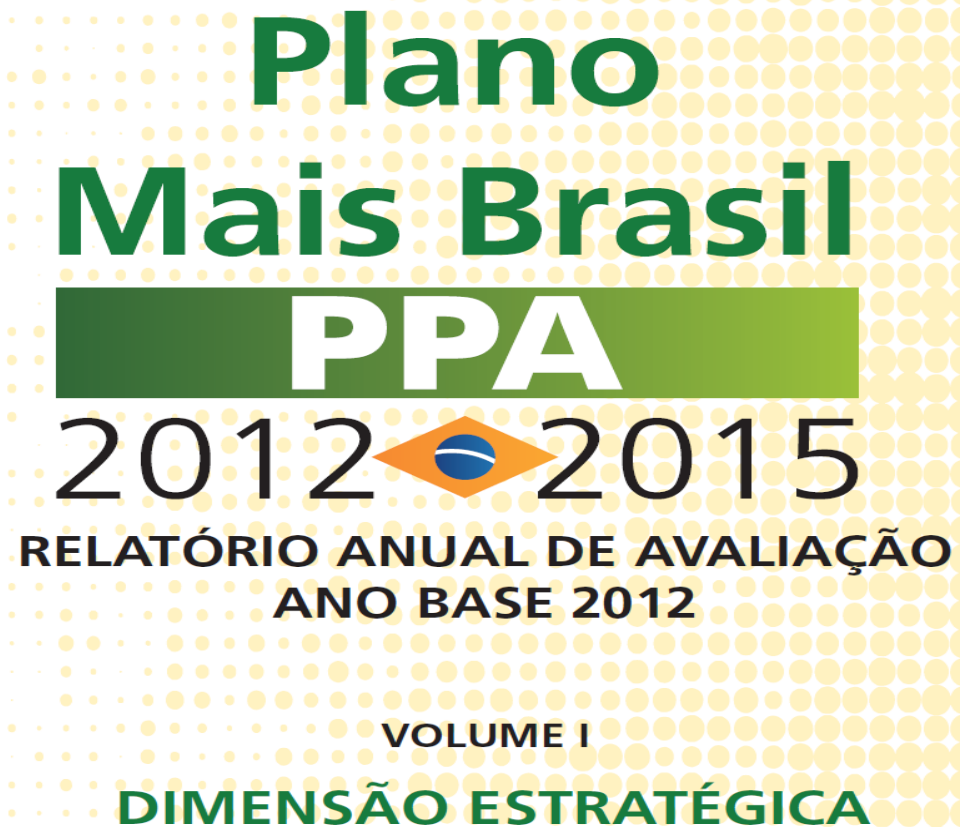
- Uma maneira de se buscar a redução de custos e a ampliação do acesso está desenhado no **Plano Nacional de Banda Larga (PNBL)**.
- O mundo presencia o fenômeno da **convergência tecnológica**, com a fronteira cada vez mais tênue entre os setores de **telecomunicações, tecnologias da informação e audiovisual**.
- Nesse contexto, além de se ampliar a oferta de internet em banda larga, há **oportunidades para o país no setor de TICs**.
- O **desenvolvimento de softwares proporciona margens maiores** que a fabricação e montagem de hardware, com um mercado amplo para as empresas brasileiras.
- O **desenvolvimento de conteúdo também é uma área interessante** olhando para além do mercado interno.

Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia 4

- **O país presencia ainda a ampliação dos sistemas de comunicação**, com a implantação da TV digital, e também a ampliação do acesso a TV por assinatura, a criação de rádios comunitárias e uma maior abrangência dos Correios no país.
- **A construção do Estado democrático é tarefa permanente** e visa a disponibilizar espaços institucionais de interlocução e legitimação com os diversos setores da sociedade, **adequando a gestão pública às especificidades dos cidadãos.**
- Destacam-se nesse processo as **mudanças na comunicação de Governo**, voltadas para promover a **transparência na administração pública** e dar conhecimento à sociedade das mudanças promovidas.
- **Um Estado ágil, transparente, eficiente e eficaz, voltado para as necessidades e expectativas do cidadão, é condição essencial para promover a continuidade do projeto nacional de desenvolvimento.**

A questão é: é possível termos um Estado ágil, transparente, eficiente e eficaz, voltado para as necessidades e expectativas do cidadão, sem as Telecomunicações integradas às Tecnologias da Informação?

As Telecomunicações no



As Telecomunicações no

INFRAESTRUTURA

- O Governo Federal trabalha ainda para construir uma **rede nacional de comunicação**, consolidando a capacidade de **fibra óptica já instalada da União, das estatais Eletrobrás e Petrobras e da Eletronet**.
- Essa rede, com grande capilaridade, pode facilitar o alcance da internet de **banda larga em regiões mais afastadas dos grandes centros**, além de **fomentar a competitividade e viabilizar a existência de pequenos provedores**, que poderão comprar capacidade dessa rede e revender ao público em geral.
- Além disso, recentes **leilões de faixas de frequência** têm buscado aumentar a **oferta de banda larga móvel**, tanto em velocidades mais elevadas para grandes centros (por meio da **tecnologia 4G**), como usando faixas de frequência de maior alcance para viabilizar a internet em banda larga nas zonas rurais (usando a **faixa de frequência de 450 Mhz**).

As Telecomunicações no

Políticas estruturantes do Governo Federal para o setor produtivo

- Observe-se que as **políticas em curso voltadas à ciência, tecnologia e inovação estimulam o desenvolvimento de serviços com mais alto valor agregado.**
- **Nesse sentido**, exemplos de **oportunidades para o país** podem ser vistos no setor de energia (transporte aéreo para plataformas de extração de petróleo, engenharia e arquitetura, consultoria em óleo e gás, logística em transporte marítimo e terrestre, tecnologias da informação) e
- na realização próxima de **grandes eventos esportivos** (hotelaria, engenharia e arquitetura, transportes e marketing, comunicação e **telecomunicações**).

As Telecomunicações no

Soberania e defesa nacional

- O Governo Federal trabalha ainda no próprio desenvolvimento de satélites, com destaque para o **Amazônia-1**, que será o primeiro satélite de observação da Terra desenvolvido pelo Brasil, destinado ao monitoramento do desmatamento ao redor do mundo, especialmente da Região Amazônica, e o **Satélite Lattes**, que será um satélite científico de observação espacial e da Terra.
- Além disso, o Governo Federal deve adquirir um satélite geoestacionário de **telecomunicações**.

Telecomunicações na Oficina de Avaliação

Comunicações:

Direito social, regulação e conteúdo nacional.

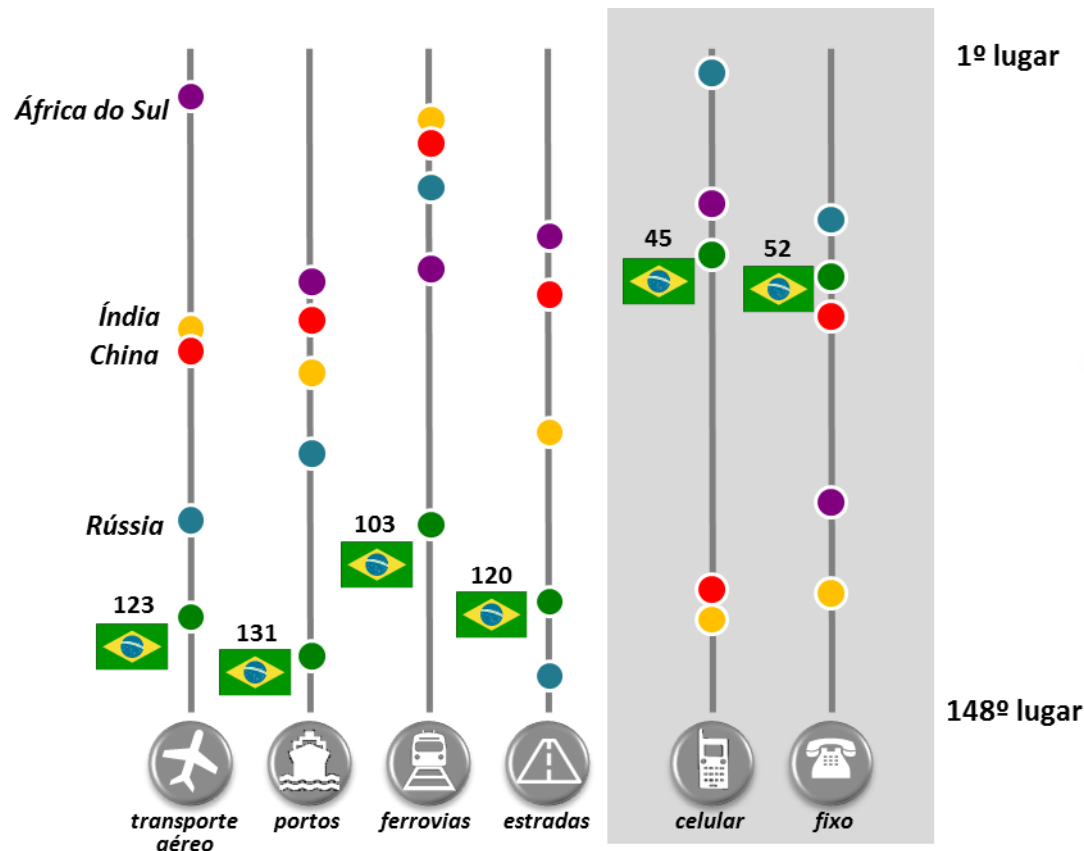
Questões orientadoras do debate

1. Qual o diagnóstico atual do setor de comunicações no Brasil, em especial no que diz respeito a:
 - Acesso da população aos meios de comunicação, especialmente das novas mídias como a Internet, abrangendo tópicos como disponibilidade, custos, qualidade dos serviços, respeito à privacidade e neutralidade da rede;
 - Pluralidade de atores e opiniões nos meios de comunicação de massa, incluindo o cenário atual da produção de conteúdo local;
 - Comunicação entre o governo e sociedade, levando-se em conta o uso das novas mídias como interface entre o governo e a população e uma avaliação das medidas de transparência adotadas pelo país nos últimos anos.
2. Qual é o papel do Estado, em suas diversas esferas, para permitir que toda a população, especialmente os menos favorecidos, possa usufruir da comunicação como direito social em sua plenitude e quais medidas governamentais podem levar ao cumprimento desse objetivo?

Diagnóstico atual do setor 1

1. Qual o diagnóstico atual do setor de comunicações no Brasil, em especial no que diz respeito a:
 - Acesso da população aos meios de comunicação, especialmente das novas mídias como a Internet, abrangendo tópicos como disponibilidade, custos, qualidade dos serviços, respeito à privacidade e neutralidade da rede;

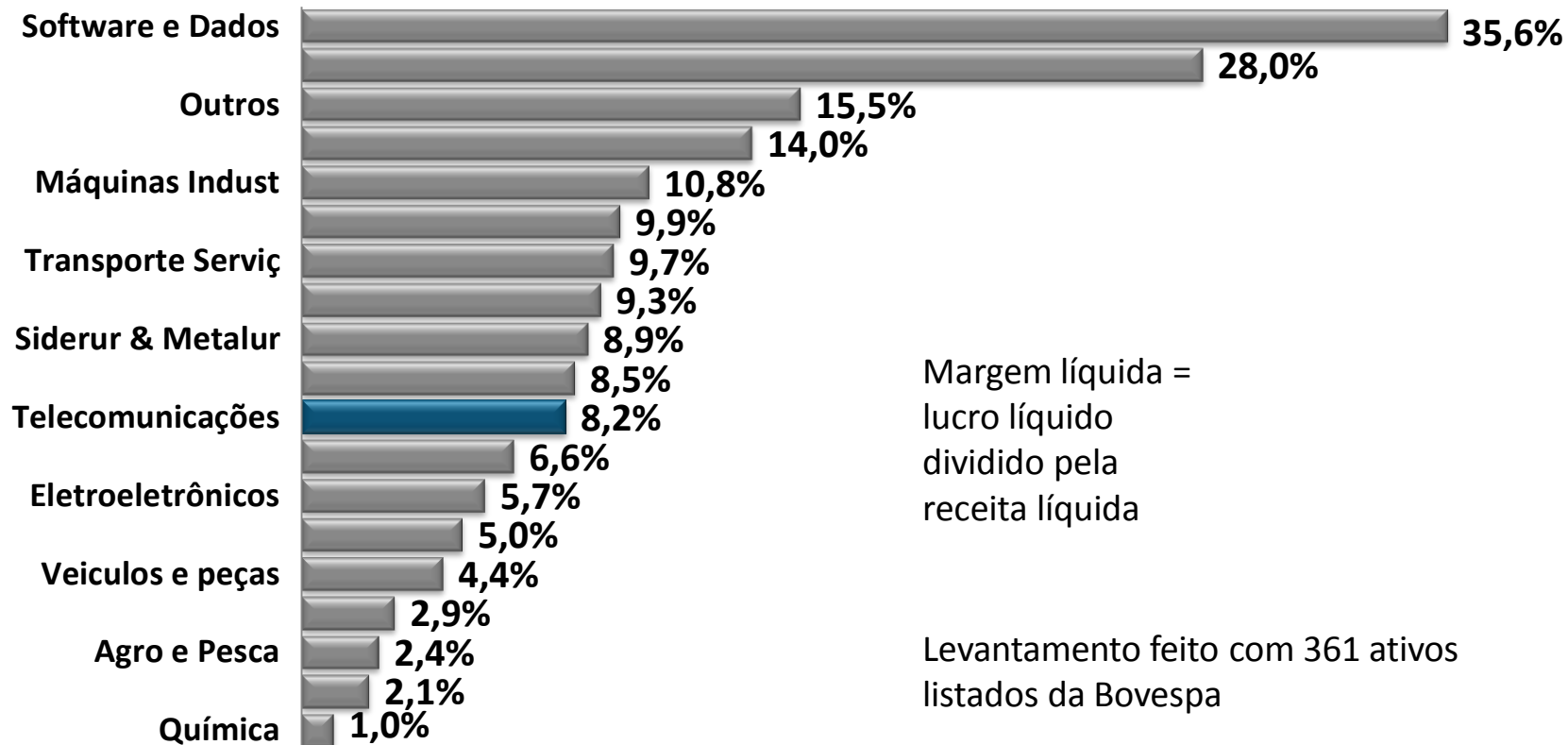
Ranking Global 148 Países – Qualidade da Infraestrutura



telefonía é o
segmento da
infraestrutura
brasileira mais bem
colocado no Relatório
de Competitividade
2014 do Fórum
Econômico Mundial

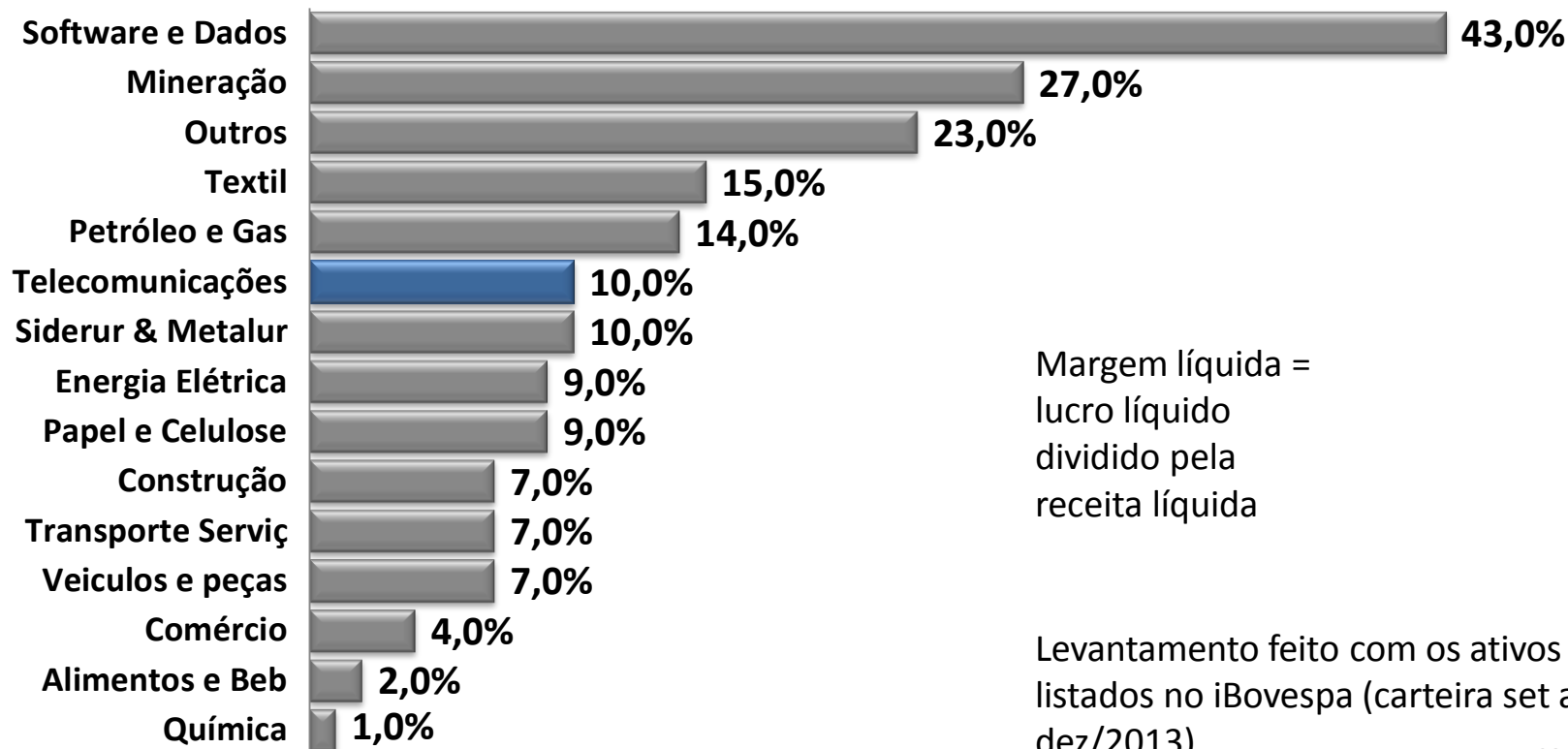
Margem Líquida por Setor da Economia

(de 2003 a 2012)

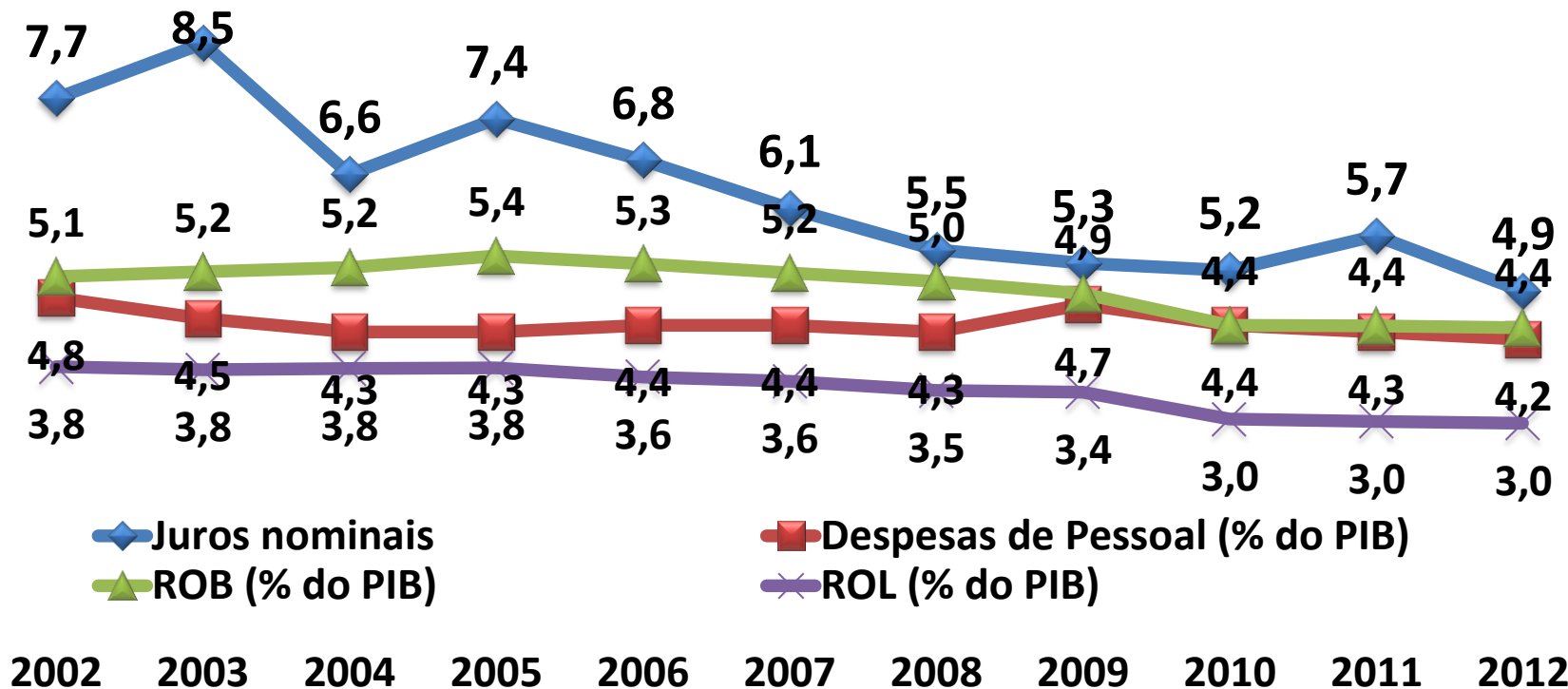


Margem Líquida por Setor da Economia

(de 2003 a 2012)

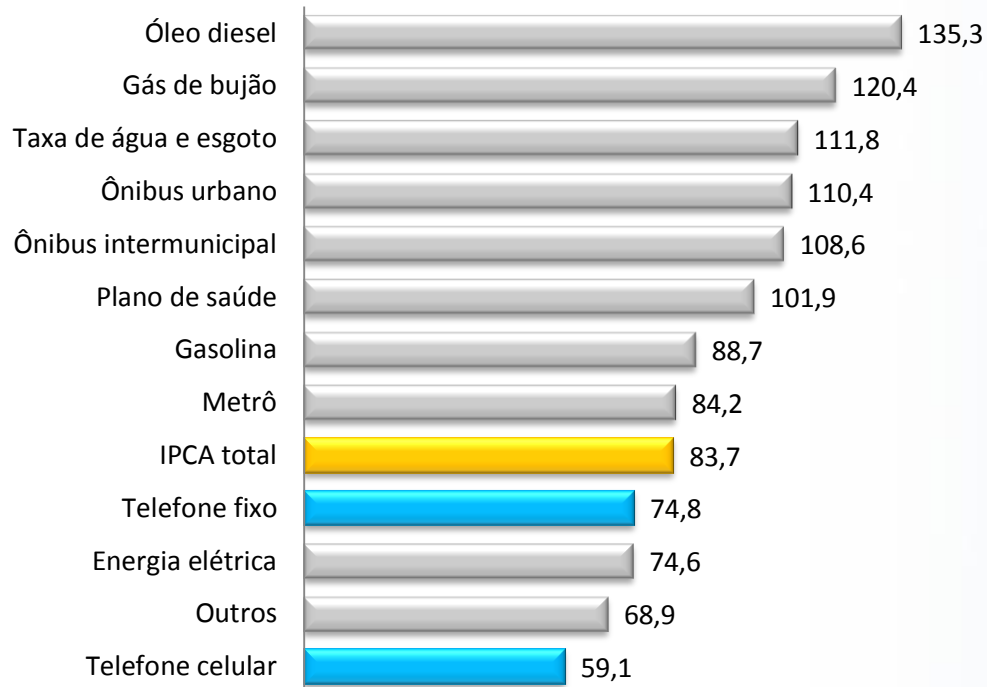


Comparativo da Receita das Telecomunicações com Despesas Públicas (Juros e Pessoal) em % PIB



os preços da telefonia fixa e da móvel sobem menos que a inflação

IPCA acumulado no período de jan/2000 a fev/2013 – Preços Monitorados

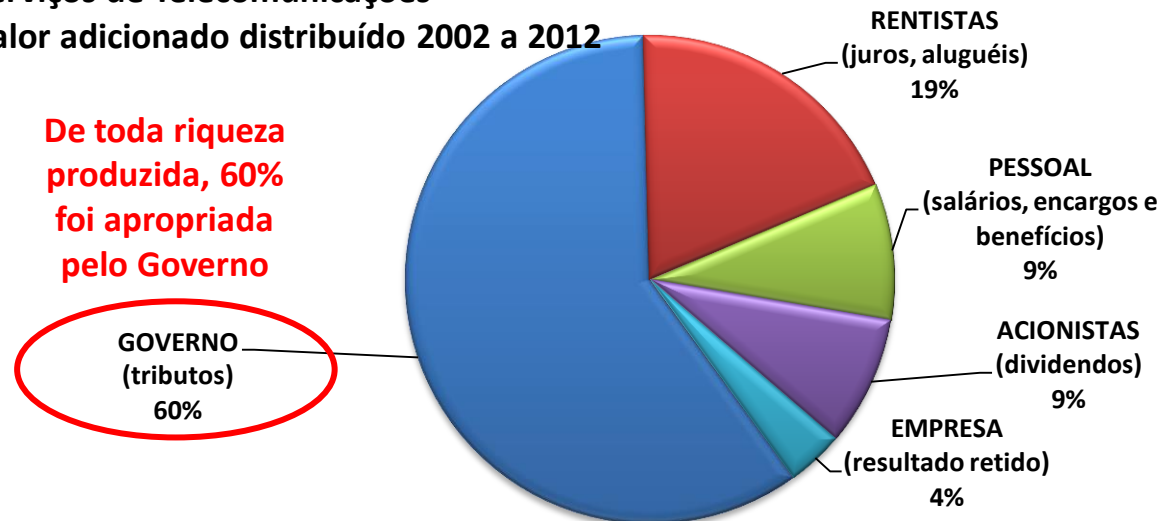


Banco Central estima que a telefonia fixa ficará ainda mais barata este ano

Distribuição da Riqueza Produzida pelas Telecomunicações consolidado 2002-2012

Serviços de Telecomunicações

Valor adicionado distribuído 2002 a 2012



O Governo se apropriou de quase 7 vezes mais riqueza que a apropriada pelos acionistas e pelos trabalhadores.

Isso sem nenhum risco.

Produção e Distribuição de Riqueza pela Telecomunicações 2002 a 2012 e consolidado 2002-2012

Demonstração do Valor Adicionado (Riqueza)	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2002-2012	2002-2012
Valor da Receita (1)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	202,5%
Fornecedores de Produtos Intermediários (2)	-32,5%	-32,8%	-34,0%	-36,3%	-38,2%	-40,2%	-41,1%	-39,0%	-39,9%	-40,1%	-39,0%	-38,6%	-78,2%
Fornecedores de Bens de Produção (diferido) (4)	-24,9%	-21,2%	-20,5%	-17,7%	-17,3%	-14,8%	-14,3%	-16,6%	-14,9%	-14,6%	-13,1%	-16,0%	-32,5%
Valor Adicionado Recebido em Transferência (6)	4,4%	4,0%	4,7%	4,9%	3,7%	3,5%	5,7%	3,4%	2,9%	3,9%	4,2%	4,1%	8,2%
Valor Adicionado = Riqueza Produzida (1) - (2+4+6)	47,1%	50,0%	50,2%	50,8%	48,2%	48,5%	50,3%	47,9%	48,2%	49,1%	52,1%	49,4%	100,0%
Valor Distribuído = Riqueza Distribuída (8a)+(8b)+(8c)+(8d)+(8e)+(8f)	47,1%	50,0%	50,2%	50,8%	48,2%	48,5%	50,3%	47,9%	48,2%	49,1%	52,1%	49,4%	100,0%
Governos (8a)	26,1%	27,9%	30,9%	31,3%	30,4%	31,2%	30,0%	27,1%	27,8%	28,6%	30,8%	29,4%	59,6%
Rentistas (8b)	13,8%	12,6%	10,0%	10,9%	8,3%	7,1%	10,6%	8,6%	8,0%	9,2%	10,2%	9,4%	19,1%
Governo (8a) + Rentistas (8b) = "Sem Risco"	39,9%	40,4%	40,9%	42,2%	38,8%	38,2%	40,6%	35,8%	35,9%	37,7%	41,0%	38,9%	78,7%
Trabalho (8c) + Acionistas (8d+8e+8f) = "Com Risco"	7,2%	9,6%	9,3%	8,6%	9,5%	10,3%	9,6%	12,1%	12,3%	11,4%	11,1%	10,5%	21,3%
Pessoal (8c)	5,3%	4,8%	4,8%	3,7%	3,7%	3,6%	3,9%	3,9%	4,3%	5,7%	5,5%	4,4%	9,0%
Acionistas (8d)	4,6%	3,5%	4,6%	4,1%	2,9%	3,7%	4,5%	3,9%	5,2%	4,4%	4,8%	4,2%	8,6%
Resultado da Operação (8d1)	0,3%	-0,4%	0,1%	-0,6%	-0,6%	0,3%	-1,0%	0,6%	2,4%	0,6%	0,8%	0,3%	0,7%
Resultado da Transferência (8d2)=(6)-Trib*(6b)	4,3%	4,0%	4,6%	4,7%	3,6%	3,4%	5,5%	3,3%	2,8%	3,8%	4,1%	3,9%	7,9%
Retido na Empresa (8e)	-2,7%	1,3%	-0,1%	0,9%	2,9%	3,0%	1,2%	4,2%	2,8%	1,4%	0,7%	1,9%	3,8%
Doações e patrocínios (8f)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

©2006 e 2012 by Instituto proGESCAL (OSCIP), Telebrasil e Teleco - Direitos Reservados

Muitos **recursos** são **retirados** do setor,
reduzindo a sua capacidade de investimento

- Telecom respondeu em 2012 pelo recolhimento de **~R\$ 59,2 bi** aos cofres públicos:

– **~R\$ 7,4 bi** em FUST, FUNTTEL e FISTEL.

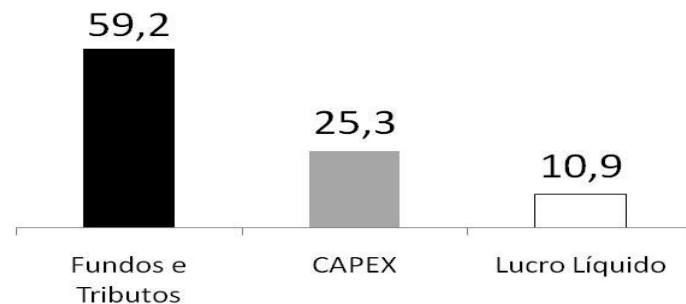
– **~R\$ 51,8 bi** em Tributos (ICMS, IR, CSLL, PIS/Pasep e Cofins) e outros impostos recolhidos indiretamente dentro do CAPEX

Fonte: Telebrasil

Tributos e Fundos em 2012:

~5x o Lucro Líquido

Fonte: LCA, a partir de dados do Telebrasil



Fonte: LCA, a partir de Telebrasil. Dados em R\$ bilhões.

Da Receita Operacional:

4,8% para acionistas

30,8% para **Tributos e Fundos**  **6,4x**

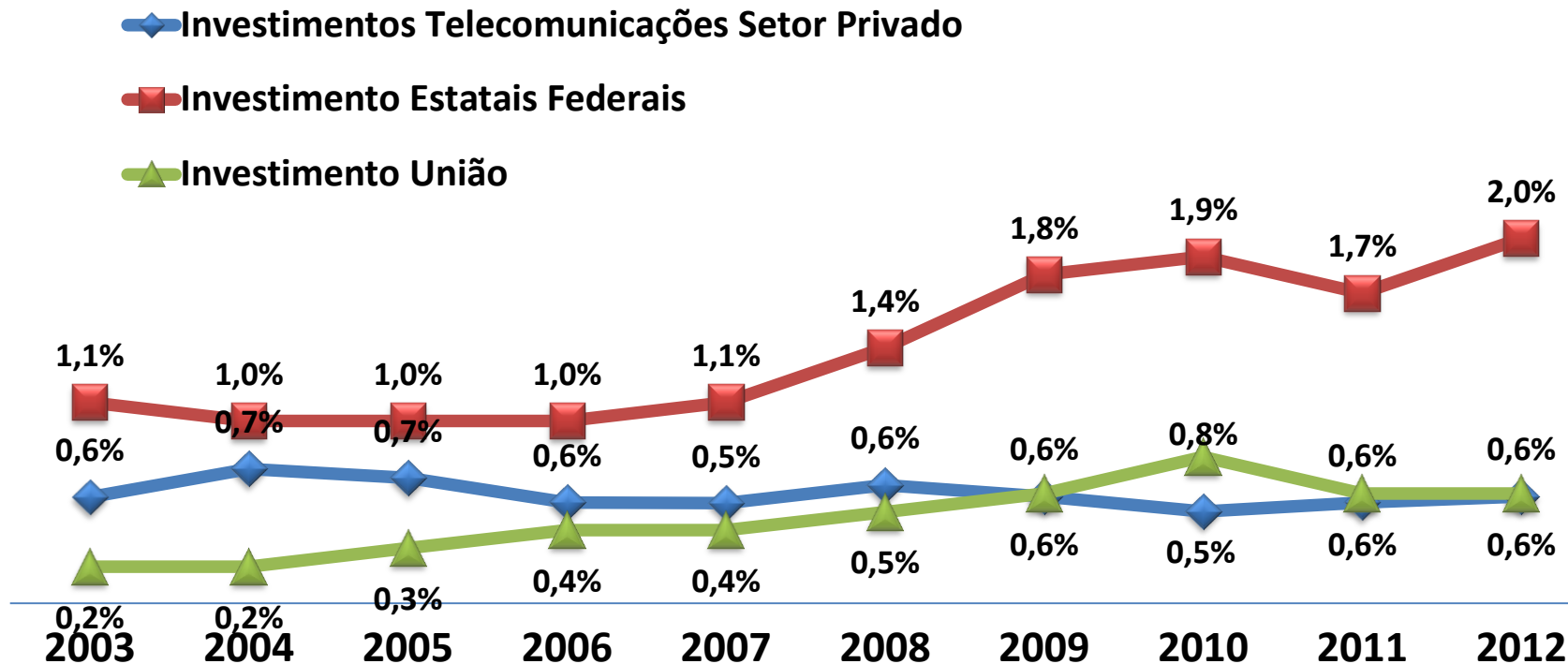
Fonte: Desempenho do Setor de Telecomunicações no Brasil. Séries Temporais. 2012. Abril, 2013.

Investimentos e
Manutenção em
+ de **240** mil km de
cabos com multifibras
ópticas que suportam os
serviços de
telecomunicações
essenciais para o País



quase 50 vezes a distância
do Oiapoque ao Chuí

Investimentos como % do PIB



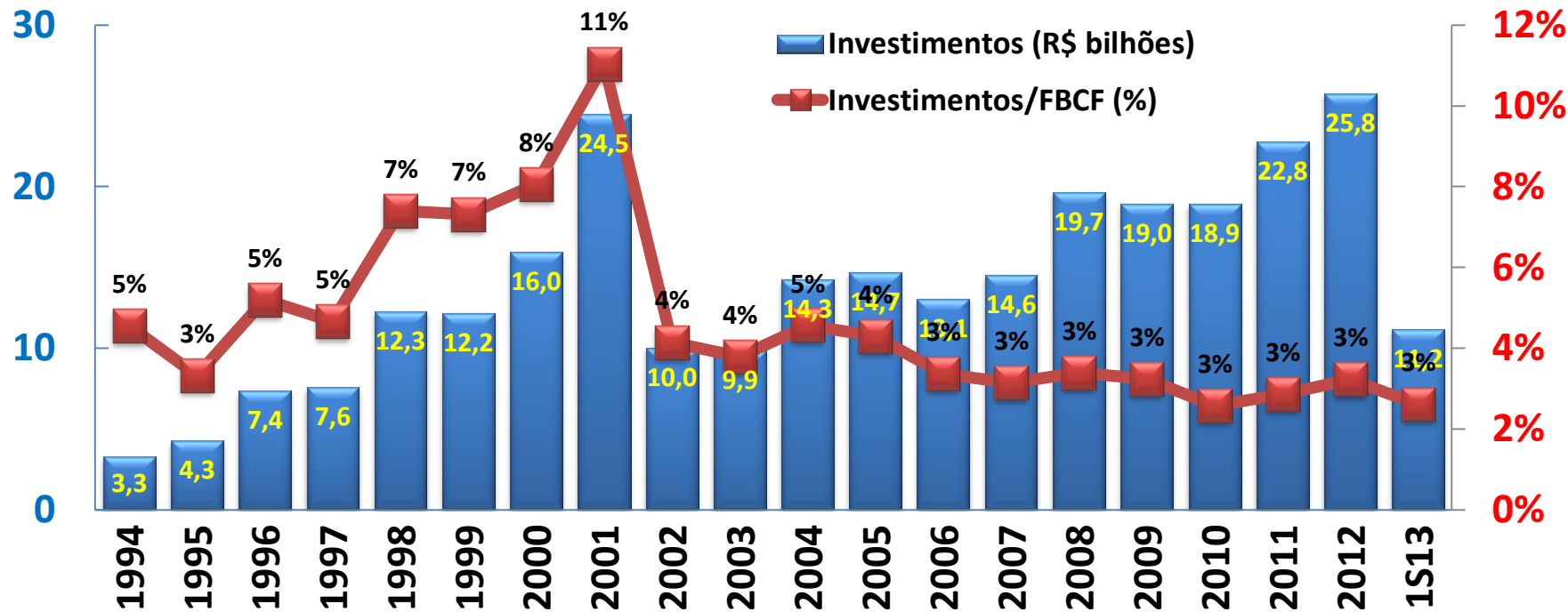
Investimentos em infraestrutura PAC2

(R\$ bilhões, 2011-2014)

Telecomunicações (sem PAC)	100,0
Logística	158,0
Energética	466,3
Social e Urbano	365,1
	1.089,4

Investimentos Privado em Telecomunicações

Participação na Formação Bruta de Capital Fixo



Expressivos Investimentos Privados

Investimentos em Telecomunicações

Média 2002-2011

Brasil US\$ 7,6 bi

Média Mundial US\$ 1,8bi

4,2 x

Média 2008-2011

Brasil US\$ 10,7 bi

Média Mundial US\$ 2,2bi

4,9 x

Investimentos em Serviços Móveis

Média 2002-2011

Brasil US\$ 4,0 bi

Média Mundial US\$ 0,8bi

5,0 x

Média 2008-2011

Brasil US\$ 6,6 bi

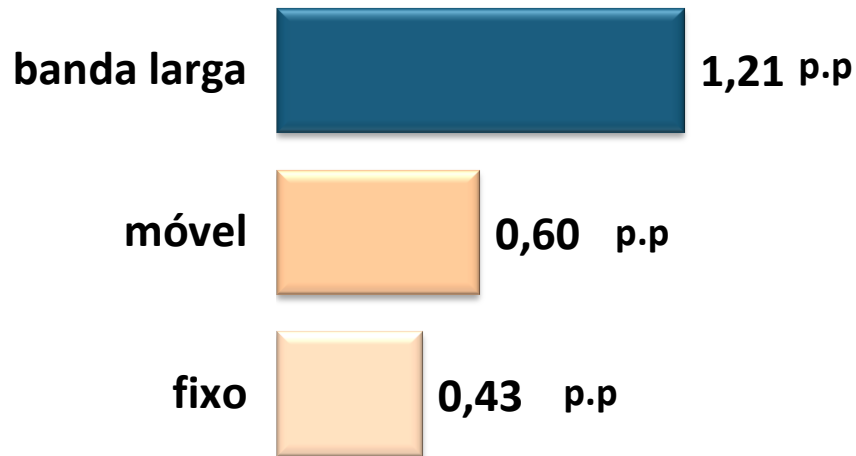
Média Mundial US\$ 1,1bi

5,1 x

De 2009-2012,
investimentos das
empresas de
telecomunicação
es no **Brasil**
foram de **19%**
da ROL.

Fonte: União Internacional das Telecomunicações, UIT, World Telecommunication/ICT Indicators database 2012 - 16th Edition

Incremento no crescimento do PIB a cada 10 pontos de penetração do serviço (estimativa do Banco Mundial)



Fonte: Qiang (2009); The World Bank Group (2009)

crescimento do setor de telecomunicações está acelerado

crescimento em 2013



4%

telefonia móvel



12%

banda larga fixa



15%

Tv por assinatura

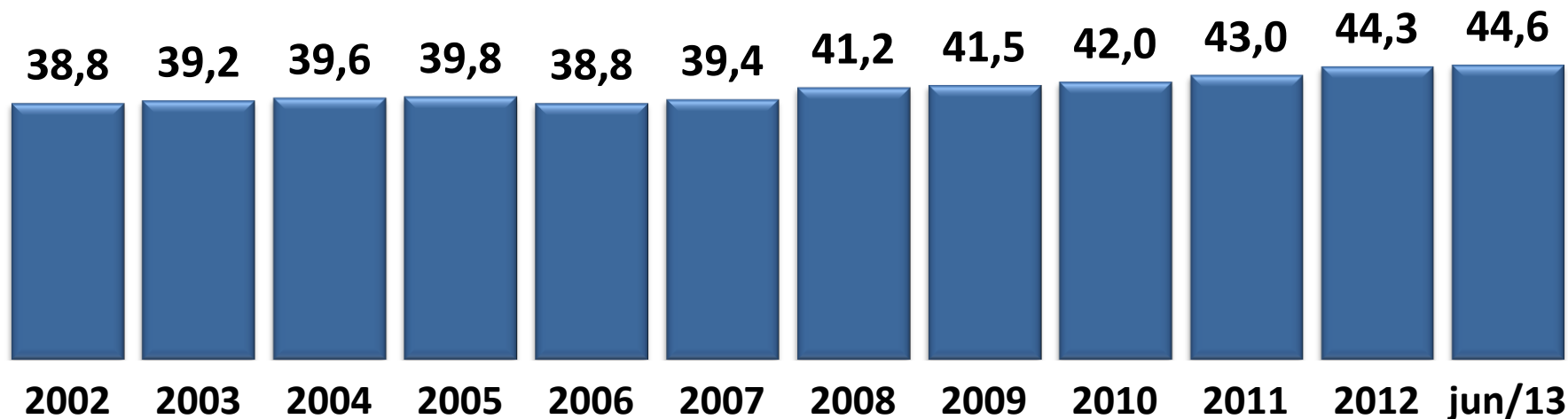


48%

banda larga móvel


Acessos Telefonica Fixa

(em milhões)



40 mil

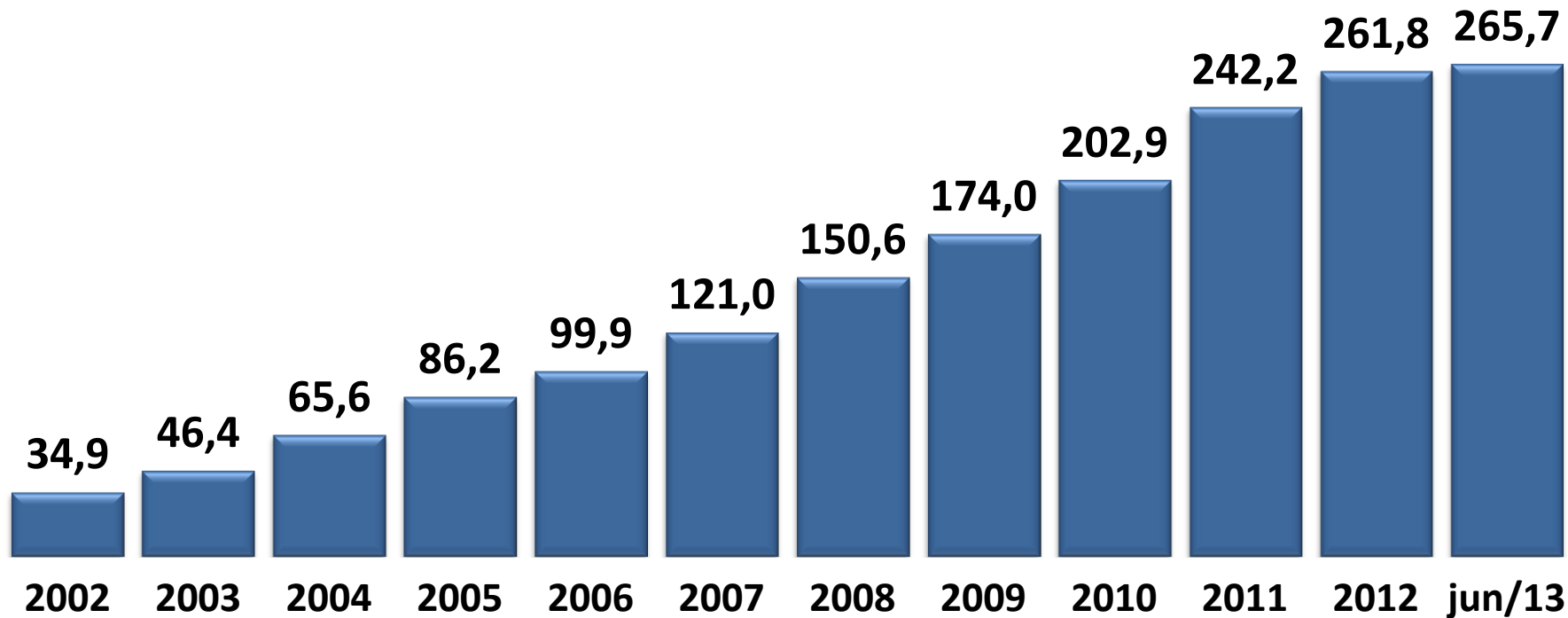
localidades com
serviço de
telefonia fixa



todas as localidades com pelo
menos 100 habitantes têm
serviço de telefonia fixa

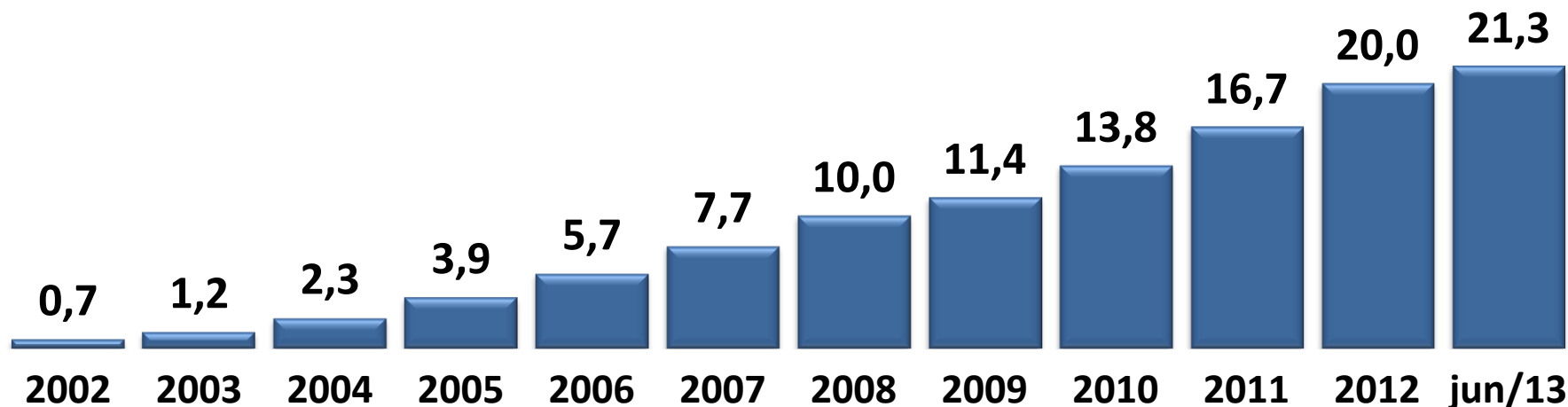
Acessos Telefonía Móvel

(em milhões)



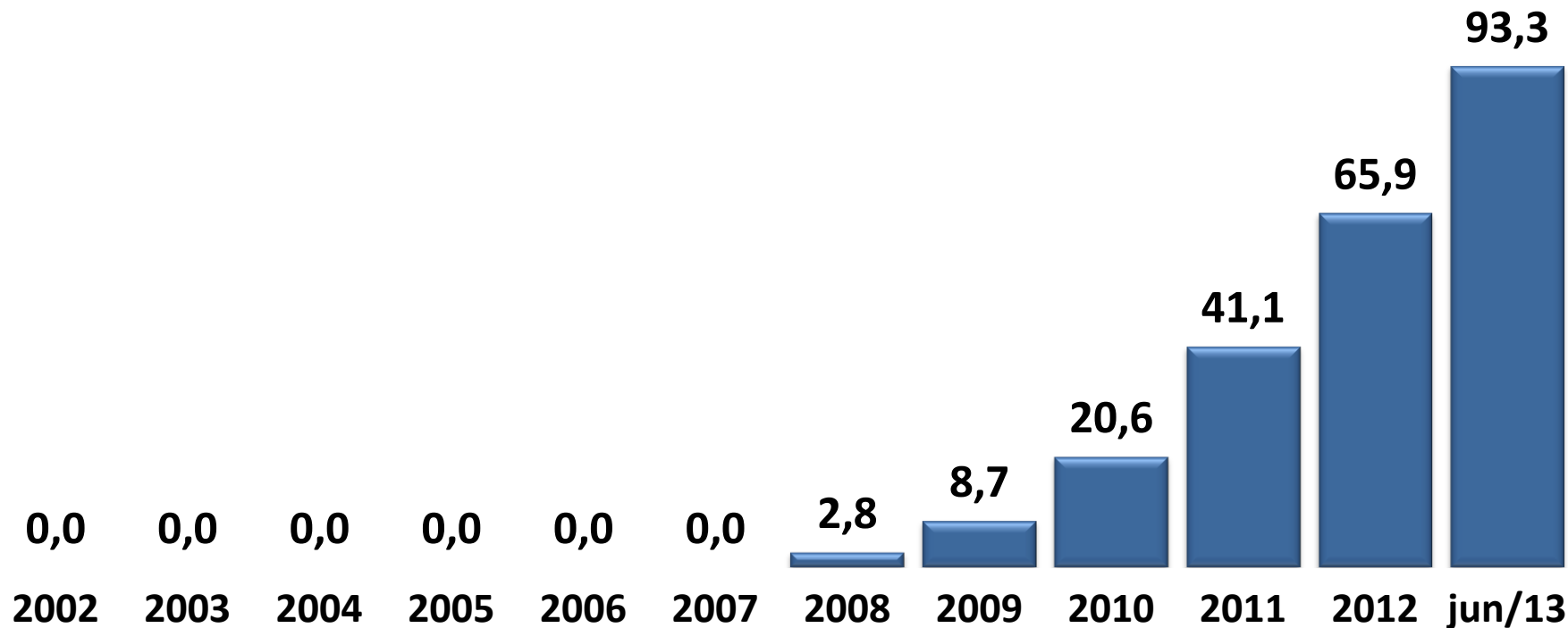
Acessos Banda Larga Fixa

(em milhões)



Acessos Banda Larga Móvel

(em milhões)



3.461

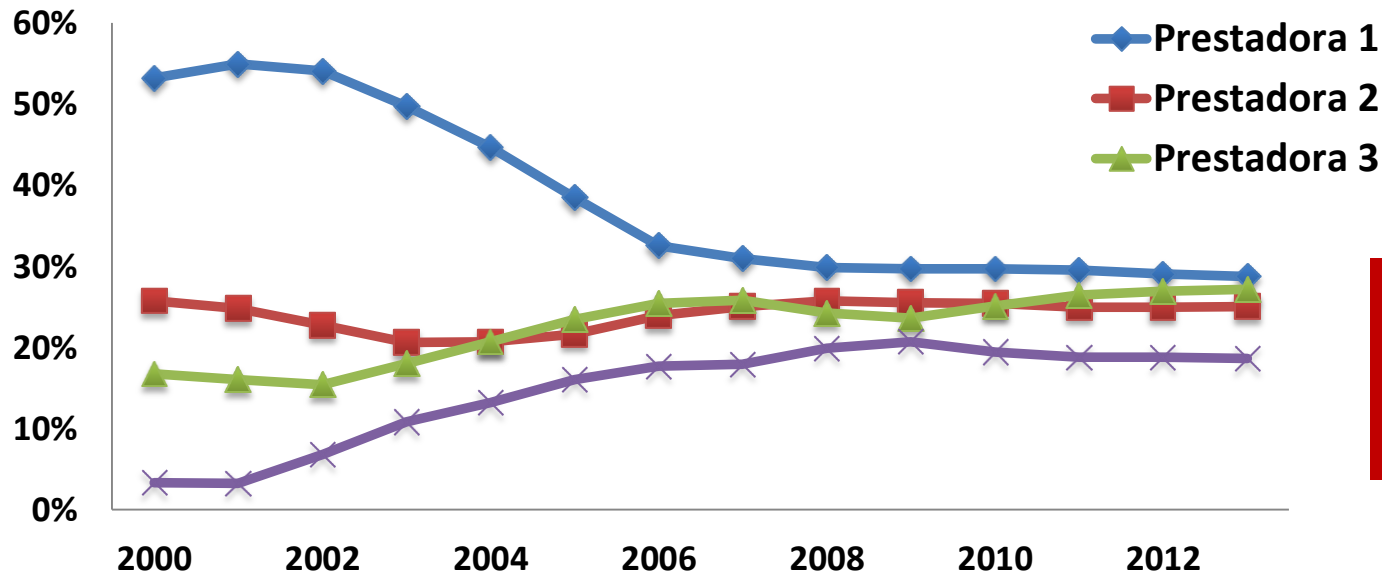
**municípios com
cobertura de
banda larga
móvel (3G)**

**90% da população coberta,
obrigação do edital para abr/13
é de 928 municípios cobertos**



Mercado de Telefonia Móvel é altamente competitivo

market share das prestadoras de telefonia móvel



Brasil é um dos países
mais competitivos do
mundo de acordo com o
HHI*

Dados dos balanços das empresas

o brasileiro gasta em
média

R\$ 19,30

por mês com celular

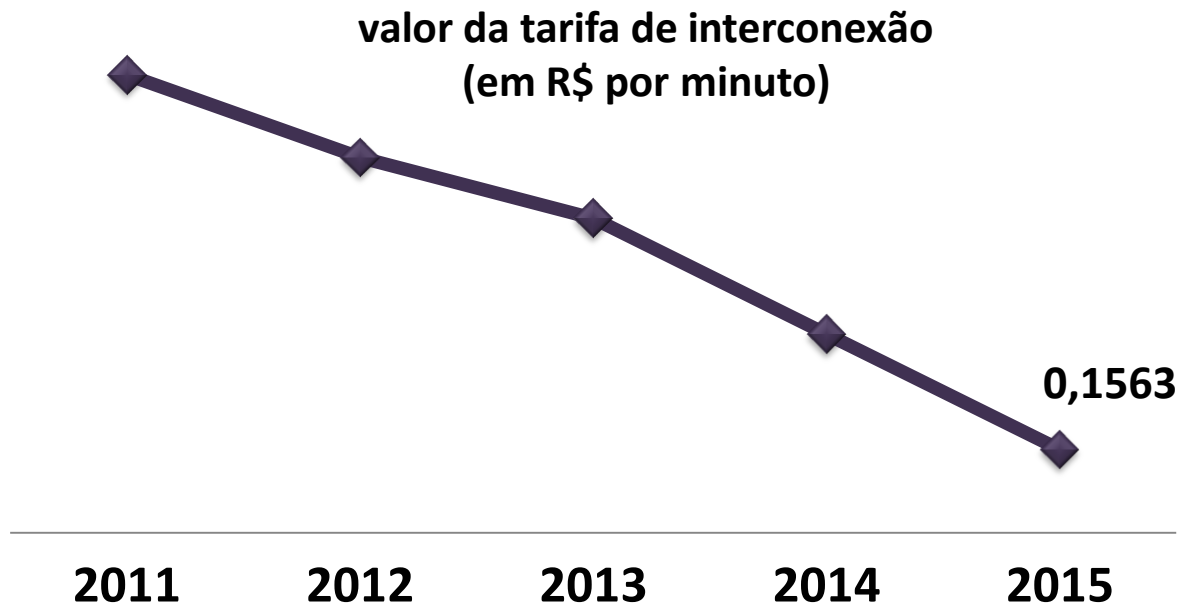
*renda média do
brasileiro* R\$ 1.820,00

celular R\$ 19,30

1%

representa 1% da renda
média

a tarifa de interconexão tem previsão de redução de 62% entre 2011 e 2015

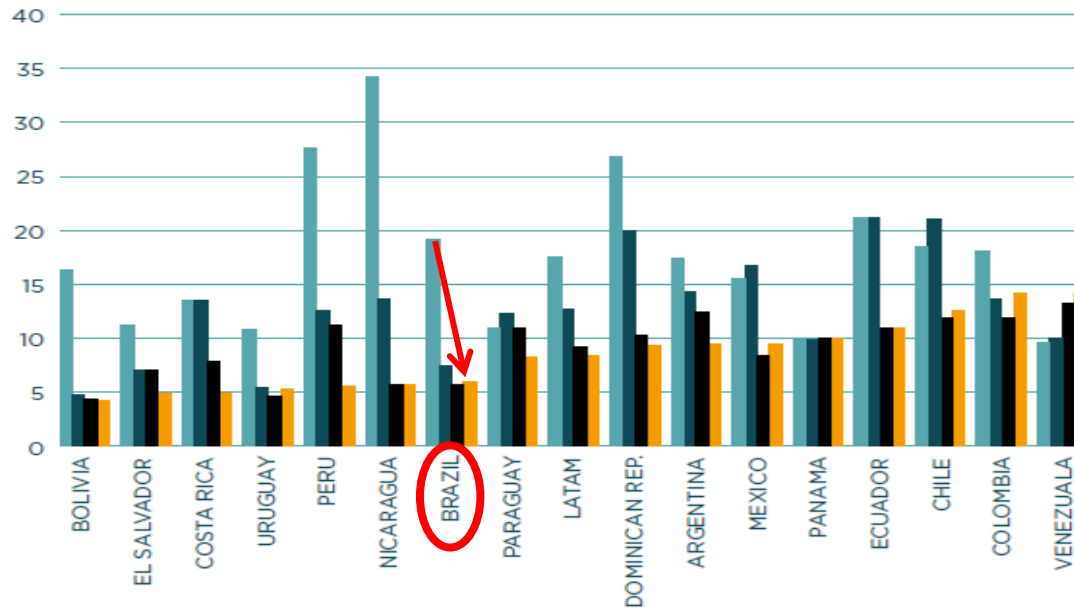


O Brasil, na América Latina, tem o segundo menor preço de banda larga móvel nos planos de recarga diária

LATIN AMERICA: EXAMPLES OF DAILY CHARGE PLANS				
	OPERATOR	TERMINAL	DAILY PRICE	
ARGENTINA	CLARO		A\$5,00	US\$0,96
			A\$1,00	US\$0,19
BOLIVIA	TIGO		B\$2,00	US\$0,29
BRAZIL	VIVO		R\$2,99	US\$1,48
			R\$0,50	US\$0,25
CHILE	CLARO		C\$1.886,00	US\$3,98
			C\$250,00	US\$0,53
COLOMBIA	MOVISTAR		C\$2.900,00	US\$1,56
				
MEXICO	MOVISTAR		\$M 15,00	US\$1,24
			\$M 19,00	US\$1,58
URUGUAY	CLARO		\$U 20,00	US\$1,57
			\$U 10,00	US\$0,52

Os planos com 250 MB de download tiveram uma redução de cerca de 70% nos últimos 3 anos

LATIN AMERICA: MOST ECONOMIC BROADBAND PLAN FOR SMARTPHONES WITH AT LEAST 250MB DOWNLOAD CAP (US\$)



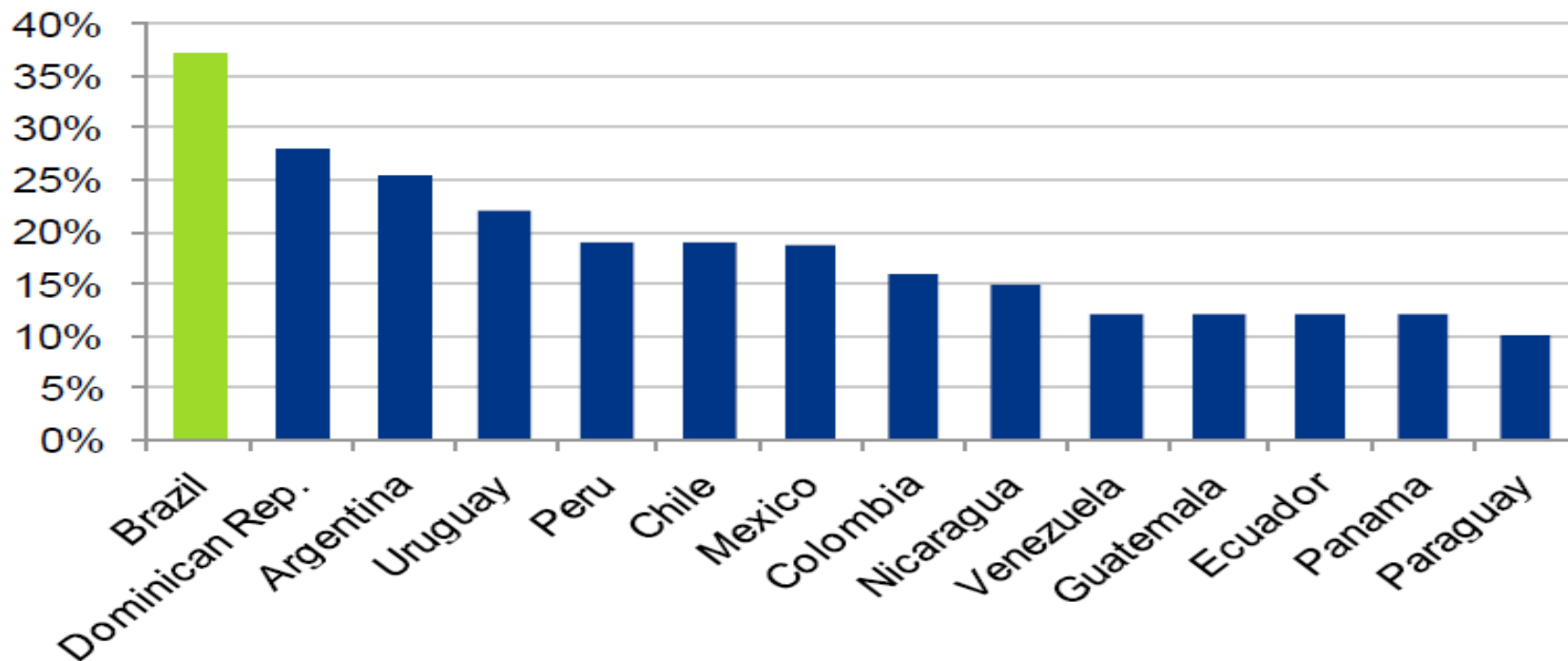


17

milhões de
**Tv por
assinatura**

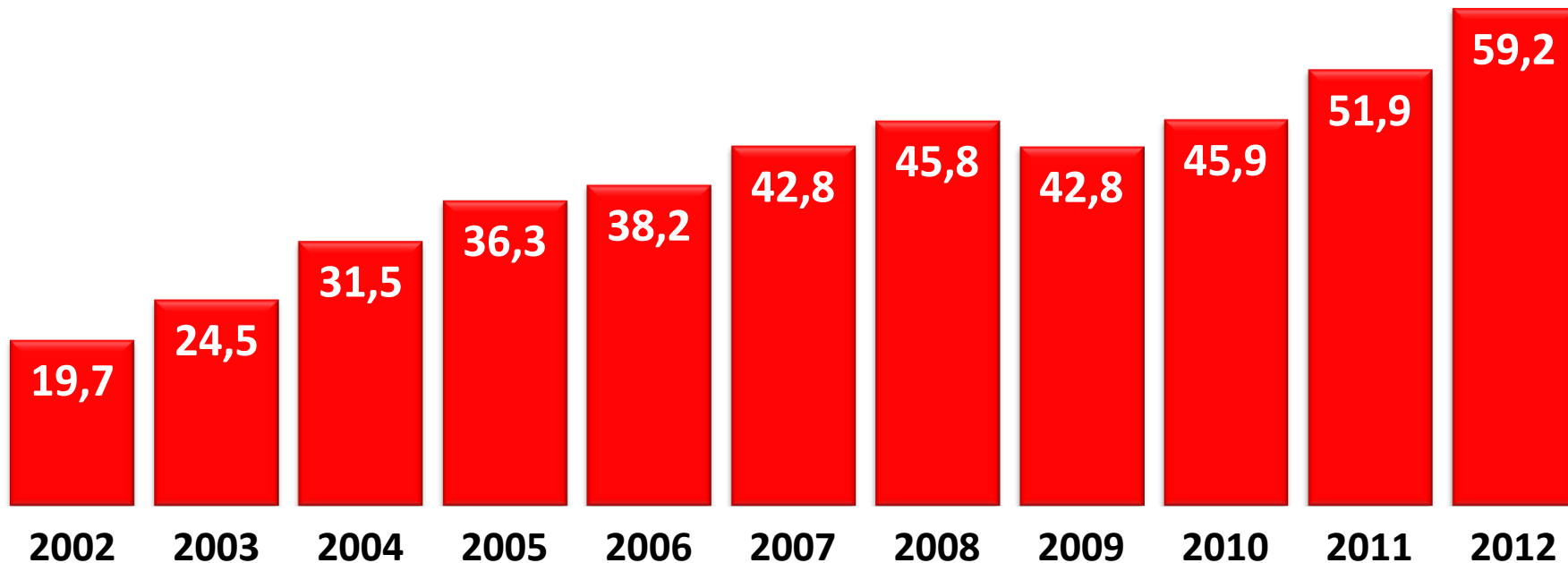
o Brasil lidera o ranking de maior carga tributária da América Latina

% de impostos sobre o custo total do uso do celular*

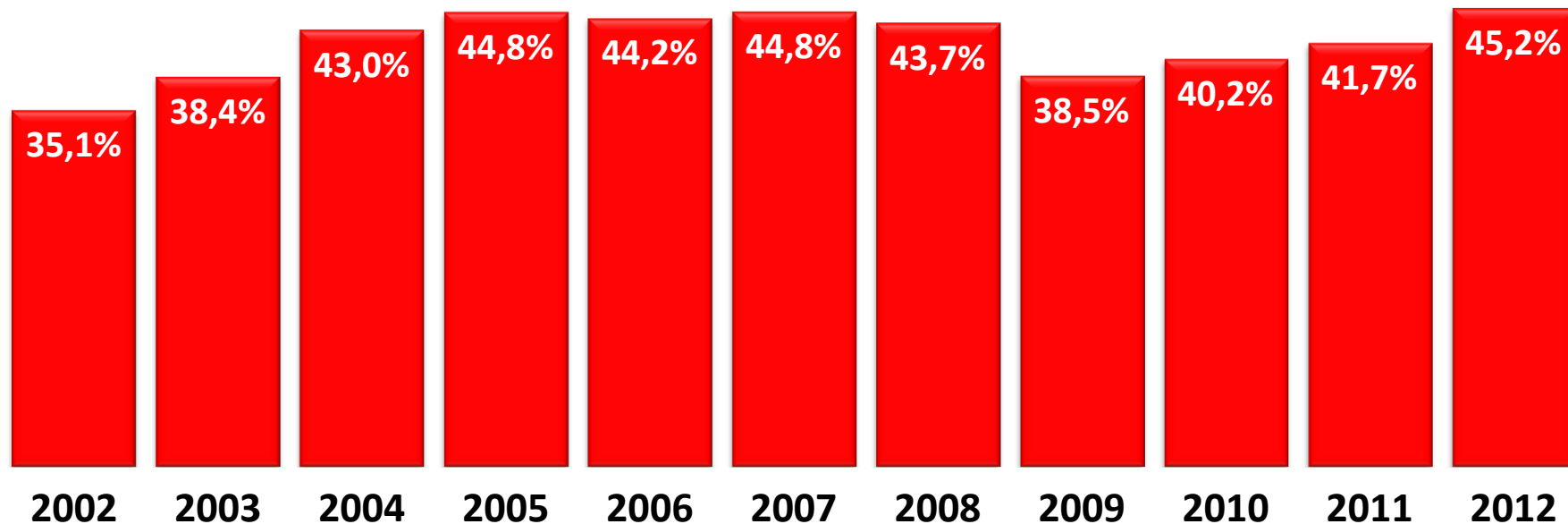


Tributos recolhidos

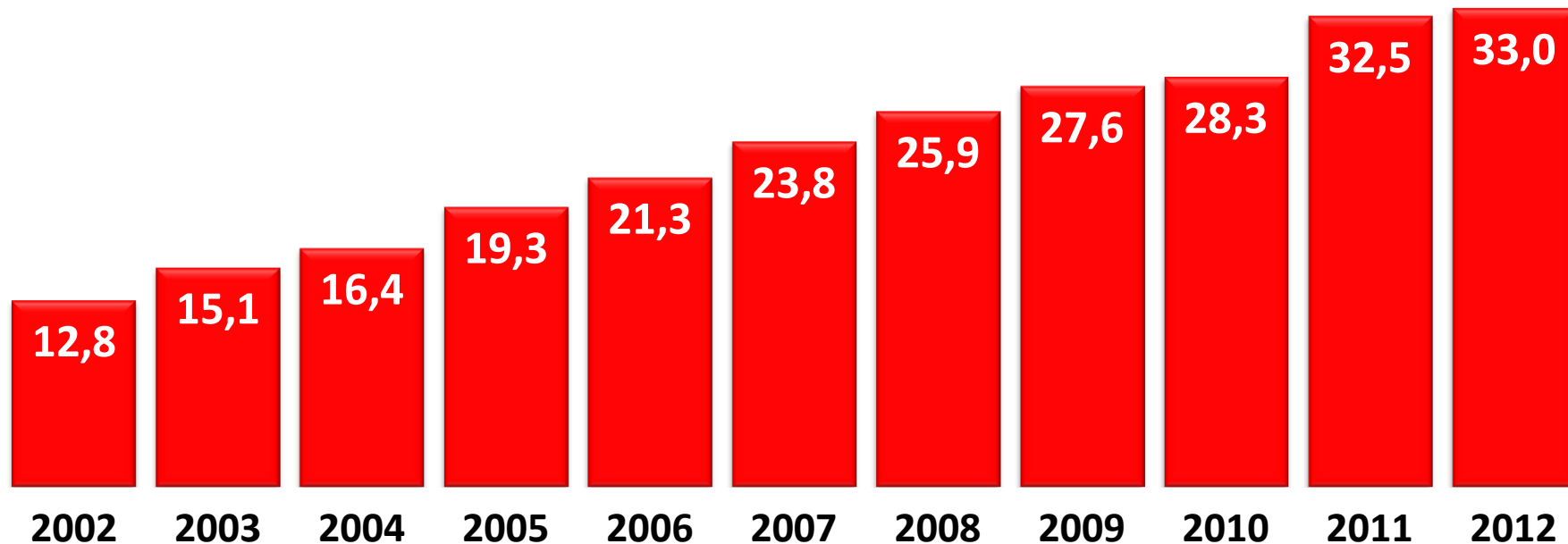
(em R\$ bilhões)



% Tributos sobre a Receita líquida



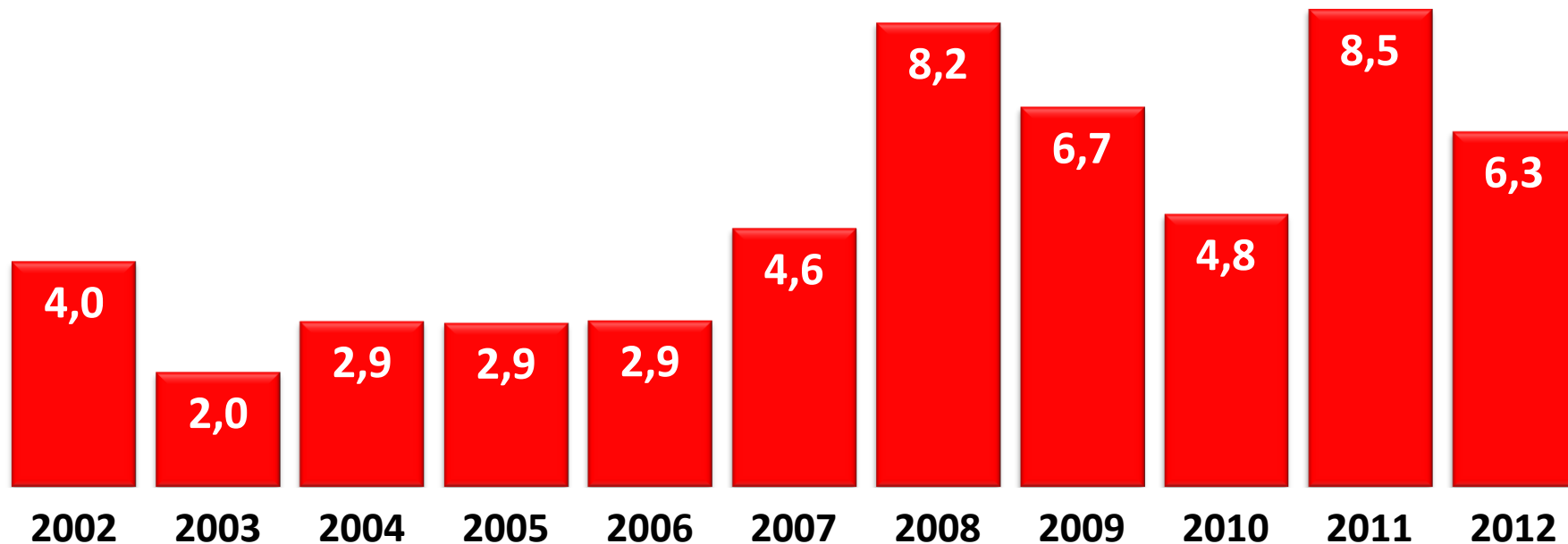
ICMS sobre Serviços de Comunicação (em R\$ bilhões)



Carga do ICMS por UF

Estados	Alíquota de ICMS	Incidência real
RO	35%	54%
MT	32%	47%
AM, PA e PB	30%	43%
GO, MS, PR e RJ	29%	41%
BA e PE	28%	39%
AL, CE, MA, RN e SE	27%	37%
AC, AP, DF, ES, MG, PI, RS, RR, SC, SP e TO	25%	33%

Recolhimento Fundos Setoriais (em R\$ bilhões)

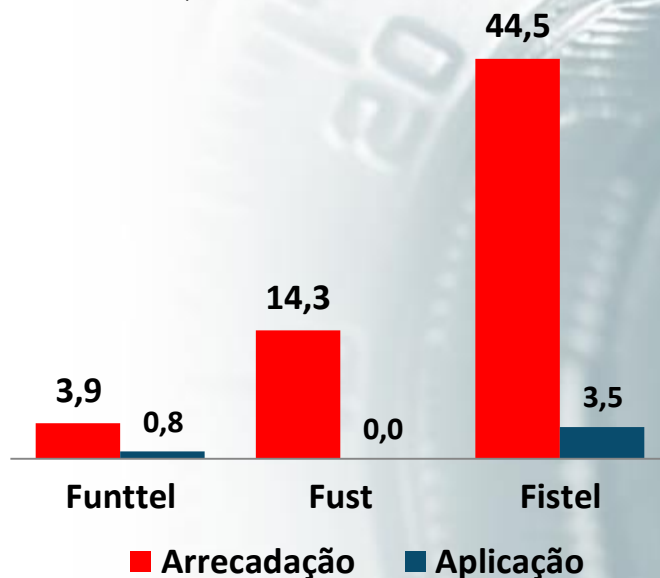


dos R\$ 62 bilhões
recolhidos aos
fundos setoriais
desde 2001, apenas

7%

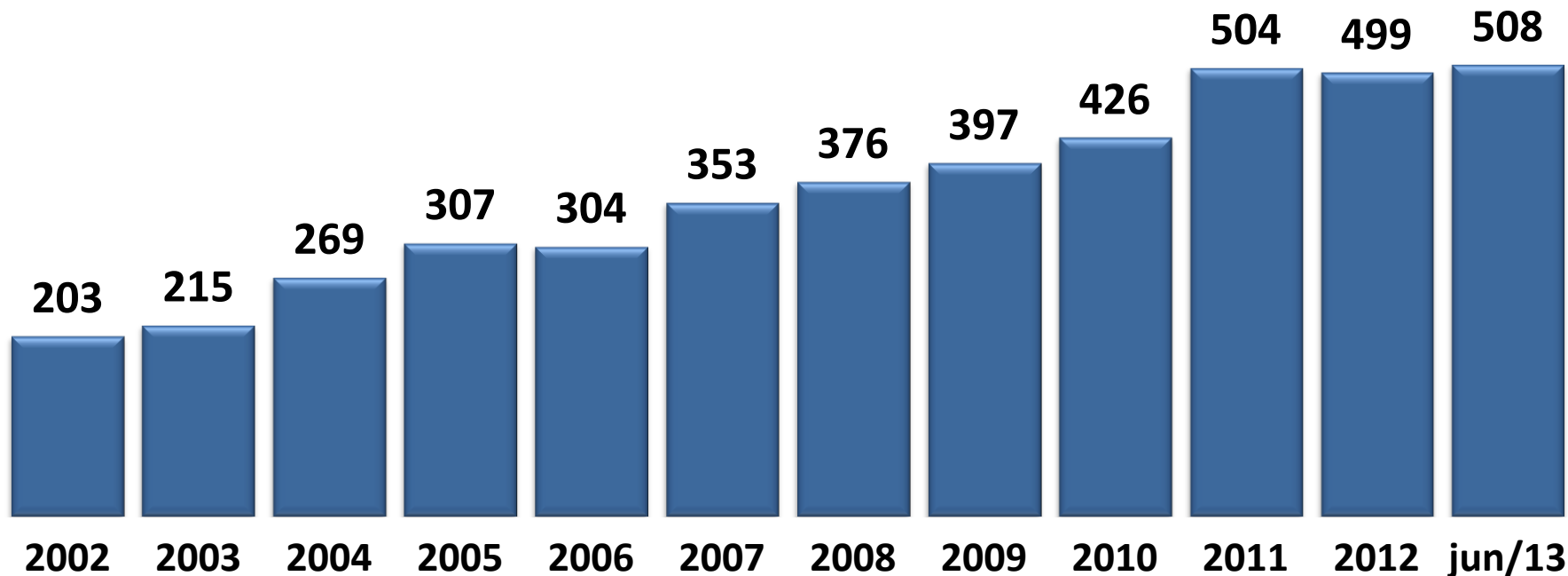
foi aplicado

Arrecadação versus Aplicação
R\$ bilhões



Empregos diretos no Setor de Telecomunicações

(em milhares)



Diagnóstico atual do setor 2

1. Qual o diagnóstico atual do setor de comunicações no Brasil, em especial no que diz respeito a:
 - Pluralidade de atores e opiniões nos meios de comunicação de massa, incluindo o cenário atual da produção de conteúdo local;

99%

das escolas
têm

computador

92%

das escolas têm
**acesso à
internet**

na **educação**



66 mil

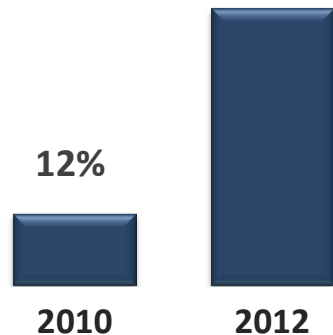
escolas públicas
conectadas com
banda larga gratuita
até 2025

Consulte a Base de Dados geo-referenciada da Telebrasil:

<http://www.telebrasil.org.br/panorama-do-setor/banda-larga-nas-escolas-publicas>



% de alunos que
acessam a
internet pelo
celular
cresceu quase
4X em **2 anos**



46%

Pesquisa **TIC Educação** 2012 CGI.br

69%

dos alunos acessam a
internet todos os dias
ou quase todos os dias

92%

dos **professores** passaram a ter acesso a **materiais** de **melhor qualidade**

91%

dos **professores** passaram a adotar **novos métodos** de **ensino**

Diagnóstico atual do setor 3

1. Qual o diagnóstico atual do setor de comunicações no Brasil, em especial no que diz respeito a:
 - Comunicação entre o governo e sociedade, levando-se em conta o uso das novas mídias como interface entre o governo e a população e uma avaliação das medidas de transparência adotadas pelo país nos últimos anos.

Papel do Estado

2. Qual é o papel do Estado, em suas diversas esferas, para permitir que toda a população, especialmente os menos favorecidos, possa usufruir da comunicação como direito social em sua plenitude e quais medidas governamentais podem levar ao cumprimento desse objetivo?

“O Brasil tem baixa capacidade de investimento,
de uma forma geral,
o governo não consegue executar o que está no orçamento,
nem remove os obstáculos ao investimento privado.
Pelo contrário, cria incertezas.
O futuro está chegando e o Brasil sequer se preparou para o presente”.

Mirian Leitão

O Globo

05 out 2013

Papel do Estado 1

- a. Compete à União, nos termos da CF88 Art 21 XI:
“explorar, diretamente ou mediante concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei (LGT), que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador (ANATEL) e outros aspectos institucionais”
- b. Resolver o conflito entre esta competência da União e a dos Estados e do Distrito Federal para fixar a alíquota do ICMS de Comunicações como instrumento de arrecadação, a qual onera significativamente os preços dos serviços de telecomunicações, confrontando as políticas públicas federais para massificação do acesso aos serviços de telecomunicações
- c. Resolver a não aceitação do art. 94 Lei nº 9.472/97 (LGT), que autoriza a terceirização, pelo Tribunal Superior do Trabalho que alega a sua inconstitucionalidade, com base na Súmula 331 III de sua própria emissão.
- d. Viabilizar a implementação da infraestrutura física – torres, antenas, dutos, cabos e equipamentos – dos serviços de telecomunicações (que são de competência da União) que estão sendo dificultados e onerados por legislação restritiva de estados e municípios, muitas contrariando legislação federal

Papel do Estado 2

- e. Adotar Soluções Completas com Tecnologias da Informação e Comunicação com Parcerias Público-Privadas para o Atendimento das Demandas Sociais Básicas: registros públicos (fundiário, imóveis, nascimento, pessoas, óbitos veículos automotores, títulos e documentos, etc.), serviços de segurança alimentar (Cadastro Unificado), serviços da previdência social (PPP Dataprev), serviços de saúde (PPP Datasus: pré-natal, neonatal, vacinação, prontuário, gestão dos serviços, etc.), serviços de educação pública, serviços de capacitação e qualificação técnica, serviços de segurança pública, defesa civil e prestação da justiça
- f. Criar condições objetivas para o aumento da capacidade de investimento e para a realização de investimentos em infraestruturas críticas para o Desenvolvimento Sustentável com Inclusão Social
- g. Subordinar a prioridade “pagar juros da dívida pública” à prioridade “aumentar investimentos em infraestruturas críticas”, proibindo tanto o desvio de finalidade da aplicação de recursos arrecadados para Fundos Setoriais quanto o contingenciamento de recursos orçados para a realização desta nova prioridade

Questões complementares ao debate

1. Quais são os resultados e desafios do PNBL (Plano Nacional de Banda Larga), no objetivo de levar o acesso à Internet de qualidade para maiores camadas da população? Quais ajustes precisam ser feitos no plano para aumentar a sua efetividade?;
2. Quais são as maiores deficiências do marco regulatório vigente para comunicações e Internet?
3. É necessária uma revisão do modelo de prestação de serviços de comunicação nas modalidades pública e privada?
4. Qual o papel dos fundos (FUST, FUNTTEL, FISTEL) em um eventual novo modelo?;
5. Como garantir a privacidade do usuário de serviços de comunicações em um mundo globalizado, particularmente ao se considerar as recentes violações do governo dos Estados Unidos?;

Questões complementares ao debate

6. Como utilizar as ferramentas de inclusão digital para melhorar os níveis de escolaridade da população, particularmente ao oferecer o ensino superior à distância para comunidades sem acesso a essa modalidade de ensino?;
7. Há necessidade melhorias na legislação relacionada a temas como direito de resposta, propriedade cruzada dos meios de comunicação, presença estrangeira no mercado de comunicação em massa?;
8. Quais medidas podem ser tomadas para a disseminação do uso das ferramentas de interatividade do modelo de TV digital brasileiro (Ginga)?
9. A adoção do modelo ISDB-T foi bem-sucedida no sentido de fomentar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico nacionais?

Questões complementares ao debate

10. O calendário de desligamento dos sinais de TV analógica (e correspondente reuso das faixas de frequência para 4G) é factível?;
11. Quais foram os efeitos da política de cotas de conteúdo nacional para a televisão por assinatura (Lei 12.485/2011)?
12. É viável, e desejável, estender esse modelo para outros meios?
13. Alternativamente, quais os caminhos para se fomentar uma crescente produção de conteúdo audiovisual nacional, com sucesso de público tanto localmente como no exterior, que gere empregos em diversas regiões do país e reflita as características culturais do Brasil como um todo?;

Resultados e Desafios do PNBL 1

1. **Quais são os resultados e desafios do PNBL (Plano Nacional de Banda Larga), no objetivo de levar o acesso à Internet de qualidade para maiores camadas da população? Quais ajustes precisam ser feitos no plano para aumentar a sua efetividade?**
 - O envolvimento do Setor Privado no PNBL se restringe aos Termos de Compromisso (TC) firmados pelas concessionárias, cujo escopo são relativos à oferta da Banda Larga Popular (1Mbit/s download e 128 kbit/s upload) ao preço de 35 reais (ou R\$ 29,90 s/ ICMS)
 - A Oferta de Varejo da Banda larga Popular vem acontecendo em 2.850 municípios, acima da obrigação contida nos TC
 - Os resultados confirmam uma concentração na disponibilidade e na comercialização da BL popular: cerca de 57% dos acessos estão nas regiões Sudeste e Sul
 - Estão ativos cerca de 2.027.419 acessos fixos e móveis, sendo que 81% dos acessos estão localizados nas regiões sul e sudeste

Resultados e Desafios do PNBL 2

- De forma geral, a velocidade e quantidade dos acessos à Internet em Banda Larga vem crescendo em uma derivada muito acentuada: foi atingido o número de 118 milhões de acessos
- A disponibilização de acesso com maiores velocidades e de oferta da Banda Larga está concentrada nos municípios com maior IDH
- O atendimento é concentrado nas sedes municipais
- Em termos absolutos, 90% da população do País está atendida com o 3G
- Cerca de 3.461 sedes de municípios (obrigação do edital do 3G para abril 2013 é de 928) já contam com BL móvel
- A BL fixa já está em todas as sedes municipais, porém nos municípios com baixo IDH a cobertura é limitada a poucos acessos

Resultados e Desafios do PNBL 3

- Para os municípios com alto IDH a competição na Banda Larga Fixa e Móvel têm levado ao aumento da velocidade média dos acessos ofertados, que já supera os 10 Mbit/s e à redução dos preços;
- Os compromissos de cobertura do edital do 4G vão garantir a oferta da Banda Larga Fixa, nos moldes da BL popular, para a área rural, contida num raio de 30 Km das sedes dos municípios.
- As sedes municipais estarão atendidas com BL móvel de quarta geração (4G) seguindo os cronograma do edital da ANATEL que está destacado no próximo slide.
- Banda Larga Fixa tem tendência de crescimento de oferta e velocidade apenas em sedes dos municípios com alto IDH.

Resultados e Desafios do PNBL 4

Prazo	FDD 20 + 20 MHz ("W" e "X")	FDD 10 + 10 MHz ("V1" e "V2")	FDD 10 +10 MHz ("P")
30/4/2013	TODAS as SEDES da Copa das Confederações 2013		
31/12/2013	TODAS as SEDES e SUBSEDES da Copa do Mundo 2014		
31/5/2014	TODAS as Capitais e municípios com mais de 500 mil hab.		
31/12/2015	TODOS os municípios com mais de 200 mil hab.		
31/12/2016	TODOS os municípios com mais de 100 mil hab.		
31/12/2017	TODOS os municípios entre 30 e 100 mil hab. (1)		
31/12/2017	30% os municípios abaixo de 30 mil hab. (2)	-	-
31/12/2018	60% os municípios abaixo de 30 mil hab. (2)	-	-
31/12/2019	TODOS os municípios abaixo de 30 mil hab. (2)	-	-

- 1) **Municípios entre 30 e 100 mil:** Haverá ao menos 1 prestadora em 2,5 GHz e , além disso, em todo os municípios, será ofertado de serviço em condições tecnológicas equivalentes ao 3G.
- 2) **Municípios abaixo de 30 mil:** Serão atendidos com 2,5 GHz ou oferta de tecnologia equivalente ou superior ao 3G 24% dos municípios brasileiros, abaixo de 30 mil hab., ainda não atendidos com banda larga móvel.

Resultados e Desafios do PNBL 5

- O desafio é reduzir o grau de concentração da oferta de acessos de Banda Larga Fixa e Móvel existente nas regiões sudeste e sul
- O desafio é levar a Banda larga para municípios de baixo IDH e também para atendimento de áreas fora das sedes municipais
- O desafio é fazer com que as operadoras mantenham patamar de investimento atual, vez que os números mostram que as operadoras no Brasil têm investido cerca de 5 vezes mais do que a média mundial
- O desafio é fazer com que as empresas invistam em infraestrutura em municípios com baixo IDH e com pouca infraestrutura, vez que os números mostram que volumosas quantidades de recursos têm sido retiradas do setor

Resultados e Desafios do PNBL 6

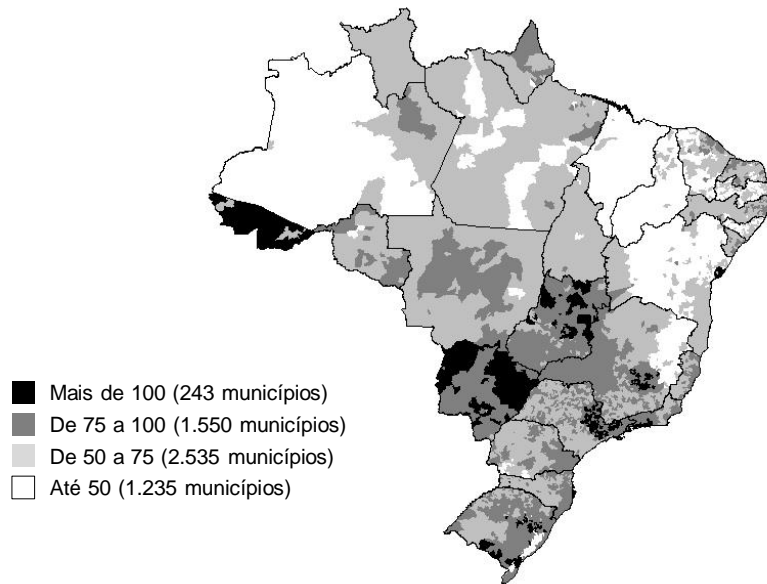
- Ajustes por meio da desoneração de tributos cadeia produtiva e na oferta dos serviços aos usuários é fundamental para se conseguir investimentos em áreas caracterizadas por pouca infraestrutura e baixo IDH
- Ajustes por meio da desoneração do FISTEL como contrapartida para investimentos em áreas caracterizadas por pouca infraestrutura e baixo IDH
- Implantação de Telecentros e Lan Houses subsidiadas com recursos do FUST e do FUNTEL ou de recursos orçamentários
- Uso pelas operadoras privadas dos recursos de fibras ópticas via cabo OPGW da Eletrobrás e Petrobrás
- Eliminação da cobrança pelo direito de passagem da infraestrutura de cabos ópticos ao longo de rodovias e ferrovias

Resultados e Desafios do PNBL 7

- Serviços móvel e banda larga fixa **estão disponíveis** mesmo em regiões onde a demanda ainda é reduzida

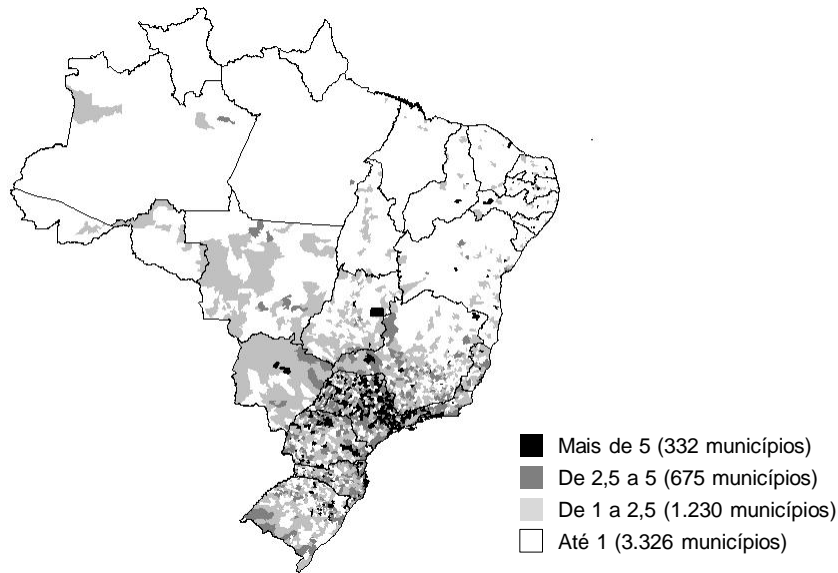
Densidade de Celulares

(por 100 habitantes em 2008)



Acessos de Banda Larga Fixa

(por 100 habitantes em 2008)

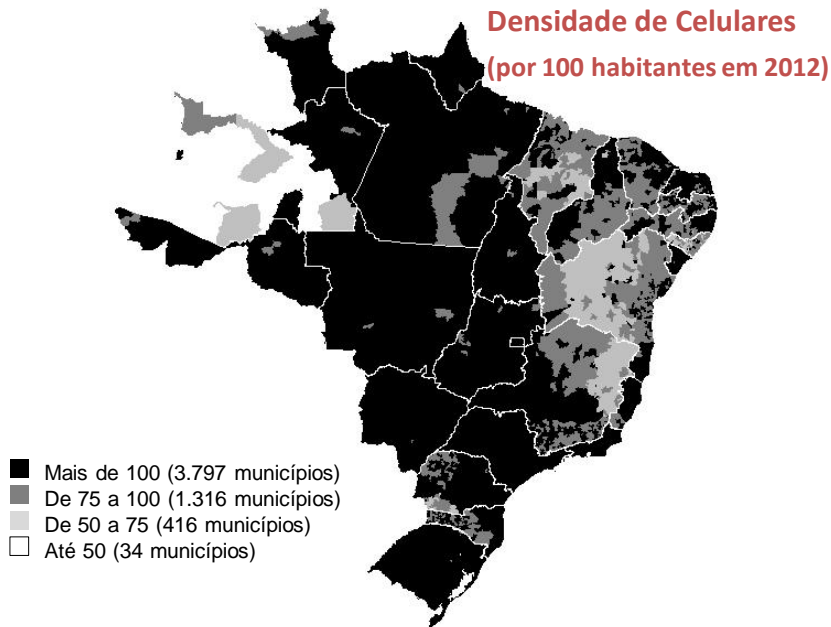


Fonte: Telebrasil

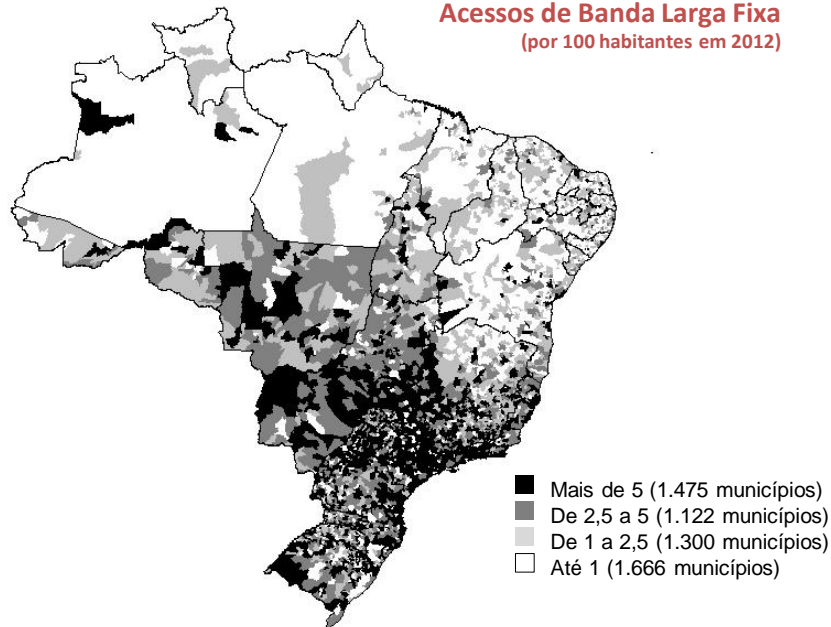
Resultados e Desafios do PNBL 8

- Serviços móvel e banda larga fixa **estão disponíveis** mesmo em regiões onde a demanda ainda é reduzida

Densidade de Celulares
(por 100 habitantes em 2012)



Acessos de Banda Larga Fixa
(por 100 habitantes em 2012)



Fonte: Telebrasil

Deficiências do Marco Regulatório 1

2. Quais são as maiores deficiências do marco regulatório vigente para comunicações e Internet?

- A atualização do marco regulatório para comunicações e internet deve estar fundamentada em processo técnico, em estudos específicos, análises do impacto regulatório e contribuições da sociedade.
- As políticas e prioridades para os serviços de telecomunicações e internet devem ser capazes de promover a ampliação do acesso à informação, para os cidadãos e organizações, considerando que a oferta dos serviços deve ser pública ou privada.
- Os leilões de uso do espectro não devem privilegiar a arrecadação e sim a intensificação, a massificação e a interiorização da oferta e uso dos serviços de telecomunicações.

Deficiências do Marco Regulatório 2

- O marco regulatório que é fundamentado na competição e universalização do acesso perdeu sua efectividade, pois não permitiu a ampliação e melhoria na oferta de serviço para as classes menos favorecidas da sociedade, especialmente ao acesso à Internet, com capacidade adequada, em todos os rincões do País. Para tanto devem ser disponibilizados recursos públicos para investimentos visando a oferta de serviço.
- A compreensão do papel das telecomunicações como instrumento de aceleração do Desenvolvimento Sustentável com Inclusão Social deve orientar a elaboração dos regulamentos pela Anatel, com ênfase nos aspectos que levem ao aumento da competitividade do país, à criação e aumento de mercados, à geração de ganhos de escala e de produtividade, à criação de empregos, ao exercício de direitos pelo cidadão, principalmente no uso de serviços públicos e de governo de qualidade e na preservação dos investimentos privados no setor.

Deficiências do Marco Regulatório 3

- Ele não mitigou as barreiras ao acesso e ao uso das telecomunicações, em especial aquelas referentes à redução dos custos causados por elevados tributos, por legislações restritivas à implantação de redes e serviços de telecomunicações, pela não razoabilidade na aplicação de sanções, além da não aceitação pela Justiça do Trabalho de dispositivo da LGT que permite a terceirização de atividades, alegando a sua inconstitucionalidade, sem que a Agência reguladora tomasse a defesa desse dispositivo legal.
- Para tanto, deve haver não só um horizonte de estabilidade institucional (legal, regulatória e jurisprudencial), mas também a possibilidade de retorno dos investimentos compatível com outros alternativos, assim como o exercício adequado da liberdade requerida num empreendimento de grande porte e extrema complexidade.

Revisão do Modelo 1

3. É necessária uma revisão do modelo de prestação de serviços de comunicação nas modalidades pública e privada?

- Devem ser claramente definidos os conceitos de cada uma das modalidades de comunicação - estatal, pública e privada, bem como o regime legal a que se subordinam.
- Ao conceder o direito de explorar os serviços de telecomunicações, é importante que a União examine judiciosamente a distribuição dos direitos e das obrigações para as prestadoras.
- Deve haver equilíbrio entre direitos e obrigações para as prestadoras, pois é essencial que o negócio mostre-se técnica e economicamente viável, dentro de um cenário relativamente estável, de modo a permitir aos prestadores de serviço de telecomunicações a possibilidade de planejar e executar seu modelo de negócios e garantir o retorno dos investimentos esperados.

Revisão do Modelo 2

- Deve-se garantir o tratamento isonômico entre as partes privadas da prestação, sem a intervenção no modelo do negócio e, caso o setor privado venha a participar de projetos visando à universalização, seja definida a fonte de recursos públicos ou seja feita a troca de obrigações, conforme previsto na LGT, para a implementação e disponibilidade da oferta dos serviços de telecomunicações não rentáveis.

O Papel dos Fundos 1

4. Qual o papel dos fundos (FUST, FUNTTEL, FISTEL) em um eventual novo modelo?

- A capacidade de investimento das empresas está no limite ao mesmo tempo em que recursos volumosos têm sido retirados do setor, via tributos e fundos.
- Em 2012 foi alcançado o recorde de investimentos feitos pelas prestadoras (25,8 bilhões) considerando todo o período pós privatização;
- O FUST deve ser utilizado para possibilitar a oferta da Banda Larga Fixa em municípios de baixo IDH e em áreas rurais. Cobrir o valor de receita por acesso que seja necessária para viabilizar os projetos de oferta dos serviços nessas áreas. EVA para período de retorno de mais longo prazo.
- O FISTEL é mais que superavitário. Desonerar esta contribuição é condição necessária para viabilizar projetos em áreas de baixo IDH e para que celular pré pago pelos usuários de baixa renda.

O Papel dos Fundos 2

- O FUNTELL deve continuar a ser usado para fomentar a indústria nacional e a pesquisa aplicada, com a participação de representantes da iniciativa privada no seu Conselho Diretor, para contribuir para a melhor seleção de projetos.
- O REPNBL – Portaria 55 de 2013 - deve ser flexibilizada na fixação dos percentuais exigidos para PPB e Tecnologia Nacional, que estão inviabilizando o uso da desoneração prevista na Lei.
- Eliminar obrigações de compra de produtos de tecnologia nacional e PPB, dos editais de radiofrequência, independentemente de preço , prazo e qualidade.
- Aperfeiçoar a Portaria MCT 950 para aumentar os investimentos privados em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no .

Como Garantir a Privacidade 1

5. **Como garantir a privacidade do usuário de serviços de comunicações em um mundo globalizado, particularmente ao se considerar as recentes violações do governo dos Estados Unidos?**
- Obrigando provedores de aplicação que atuam na Internet , de grande porte (Google, Facebook, Microsoft, Amazon, Apple, entre outros) e que ofertam serviços no País, a guardarem os dados de seus usuários no País , se adequando as Leis Brasileiras que tratam do sigilo e privacidade dos dados dos usuários.
 - Adequar o Marco Civil da Internet para que garanta a submissão dessas empresas às Leis Brasileiras quando estiverem ofertando serviços no País, não admitindo que o usuário pague, com o seu sigilo, pelos serviço prestado e muito menos que o usuário tenha que se dirigir a foros internacionais para discussão de conflitos.

Como Garantir a Privacidade 2

- Recursos de numeração da Internet - endereços IP - são recursos utilizados pelas redes de telecomunicações e devem ser objeto de gestão por parte da ANATEL.
- Transferir imediatamente para a ANATEL as atividades de gestão de domínios e de endereços IP, atualmente conduzidos pelo NIC.br.
- ANATEL deve atuar no âmbito da UIT no sentido de criar PTT's nacionais que se interliguem diretamente a PTT's da América do Sul, África e Europa, evitando que todo o tráfego da Internet passe pelos EUA.
- ANATEL deve atuar no sentido de fazer com que a UIT viabilize uma governança “multistockholders” da Internet mundial com a instituição de fóruns adequados para regulamentação de aspectos técnicos, de segurança e privacidade dos dados dos usuários.

Disseminação do Uso do Ginga

- 8. Quais medidas podem ser tomadas para a disseminação do uso das ferramentas de interatividade do modelo de TV digital brasileiro (Ginga)?**
- A proposta do Ginga é de fomentar a criação e a difusão de conteúdos e aplicações interativas transmitidas pela TV Digital. Aparentemente, o desenvolvimento do Ginga não despertou o interesse da radiodifusão.
 - Para a disseminação do uso do Ginga é necessário promover a participação do setor privado da radiodifusão no projeto e do setor de telecomunicação, considerando que canal de retorno usará a infraestrutura das prestadoras de serviços de telecomunicações (de telefonia e de banda larga, em especial).
 - É importante institucionalizar a participação da iniciativa privada no processo de gestão do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), tanto no estabelecimento de agendas quanto na aprovação e avaliação do resultado de projetos.

Desligamento da TV analógica

10. O calendário de desligamento dos sinais de TV analógica (e correspondente reuso das faixas de frequência para 4G) é factível?

- O decreto 8061/13, publicado em 30 jul 2013, prevê que a implantação da TV digital no Brasil se dará entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2018.
- O Calendário é factível, desde que sejam definidos:
 - o replanejamento da distribuição dos canais de TV Digital (previsto para conclusão em janeiro de 2014) e
 - os critérios de proteção e convivência de uso de radiofrequências entre os sistemas de 4G e TV digital, previstos para janeiro de 2014, também.
- O planejamento e a execução de ações para mitigação das interferências prejudiciais que devem ocorrer pelo uso da faixa pelos serviços móveis poderá ser um ofensor que poderá levar a um atraso na implantação do 4G nos grandes centros urbanos – com disponibilidade prevista no início do cronograma.

Marco Civil da Internet



MCI estabelece que o acesso à Internet é essencial ao exercício da cidadania

- Massificação do acesso
- Modernização das redes
- Oferta de acessos com maior velocidade
- Redução das desigualdades regionais



Marco Civil deve ser concebido de forma a preservar os direitos constitucionais dos cidadãos, estimulando o crescimento e a modernização da Internet e não inibindo investimentos



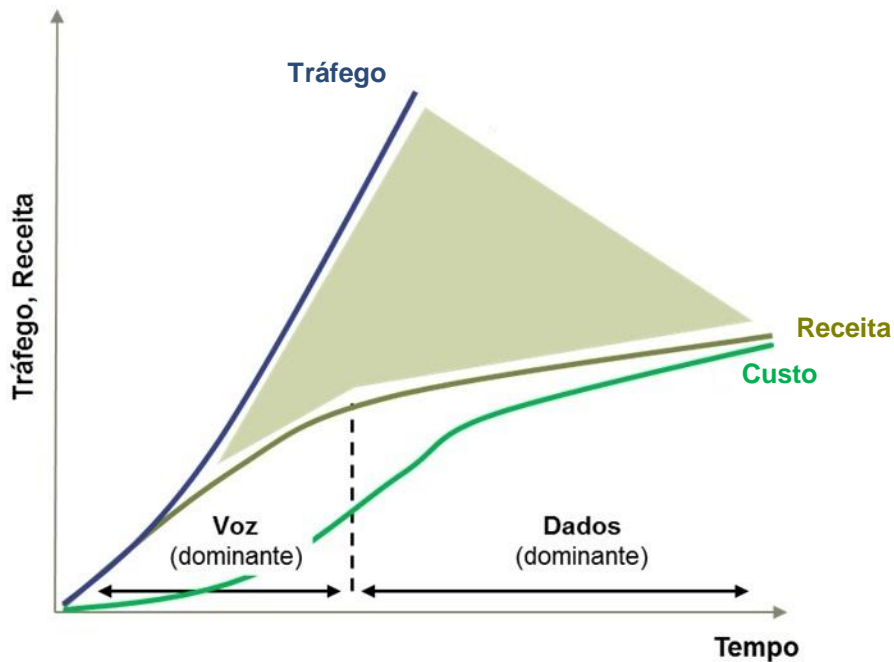
Proposta atual Marco Civil da Internet

- Inibe investimentos
- Impacta negativamente em projetos de massificação da Internet para atendimento as populações mais carentes
- Privilegia poucos usuários em detrimento de muitos
- Introduz assimetria de tratamento entre provedores de acesso e provedores de aplicação
- Concorre para dificultar a apuração de ilícitos na Internet



Inibe Investimentos ?

Desbalanceamento entre tráfego, custos e receita



Modelo atual não consegue capturar o valor correspondente ao tráfego gerado

Inibe Investimentos ?

- Obrigação de oferta de Internet plena para todos os usuários implicará em um dimensionamento das redes para perfis de uso mais intensos com pesados investimentos
- Retorno adequado irá **impor oferta com preços mais elevados**: menor demanda, penetração e inclusão social
- 25% dos *internautas* consomem 80% dos recursos da Internet



**Usuário é soberano e livre
para contratar o que melhor
lhe convier**

**Neutralidade de Rede é um
princípio fundado na
necessidade de que não exista
interferência no conteúdo que
passa pela rede**

**Todos os conteúdos e usuários
devem ser tratados da mesma
maneira**



**O MCI deve tratar com
neutralidade todos os agentes
que atuam na Internet, de
forma a garantir que ela siga
com seu uso livre e aberto,
permitindo a inovação
contínua, o seu
desenvolvimento e
fomentando a inclusão digital**

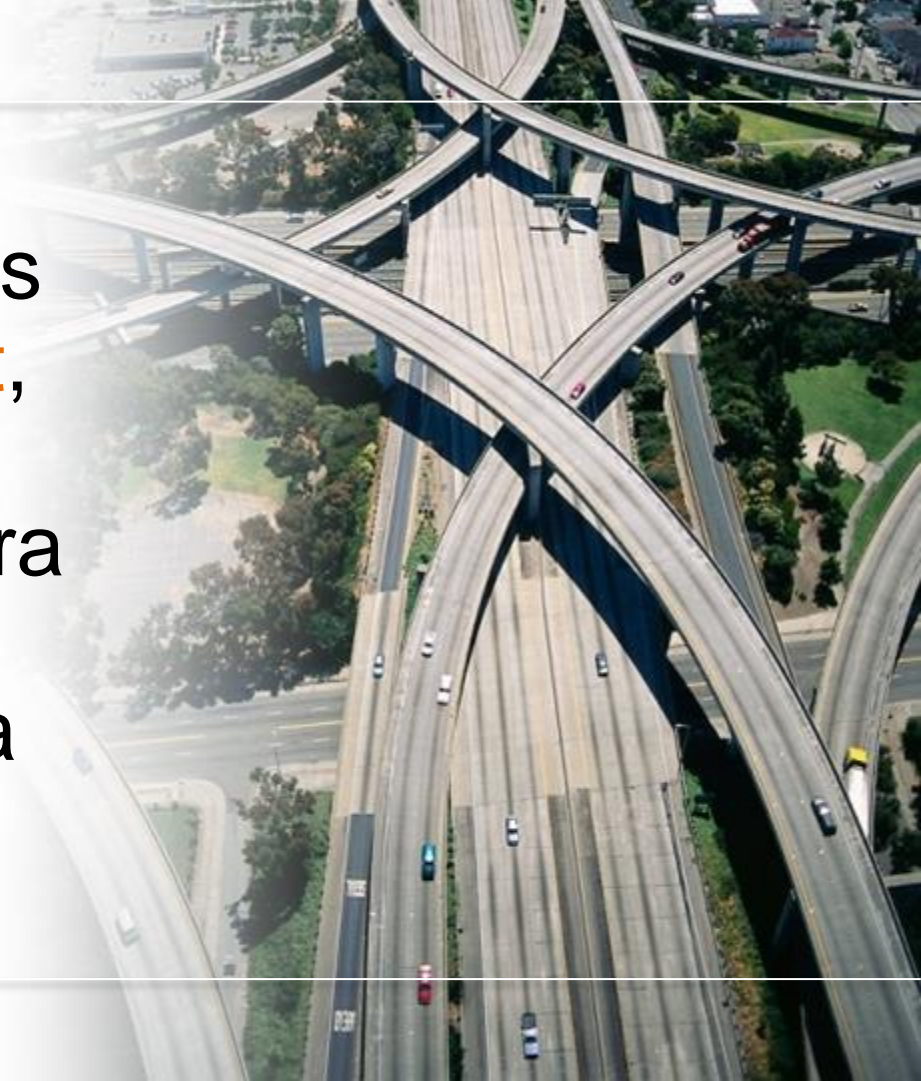


conexões à internet
envolvem diferentes redes
de telecom interligadas por
acordos de interconexão
que devem preservar a
inviolabilidade das
comunicações



o tráfego internacional da
internet é cursado via satélite e
cabos submarinos

as **teles** são provedoras
de **ACESSO** à **internet**,
responsáveis pela
construção das vias para
escoamento de todo
conteúdo trafegado na
rede



os provedores de
APLICAÇÃO são
empresas que
ofertam seus serviços
utilizando as vias
construídas pelos
provedores de acesso



grandes empresas mundiais que atuam no Brasil de
forma quase virtual, com pouquíssima contribuição
social e econômica

nenhuma tele
fornece ou facilita
informações que
possam quebrar
o sigilo de seus
usuários




salvo mediante ordem judicial
na forma da lei brasileira

as teles, diferentemente de
provedores internacionais
de aplicação, estão sujeitas
exclusivamente às leis
brasileiras




**... e guardam todas as
informações dos usuários
no Brasil**

as teles **investem** em
datacenters para
segurança, estabilidade
e garantia da
disponibilidade dos
dados, quando
solicitado pela **justiça**

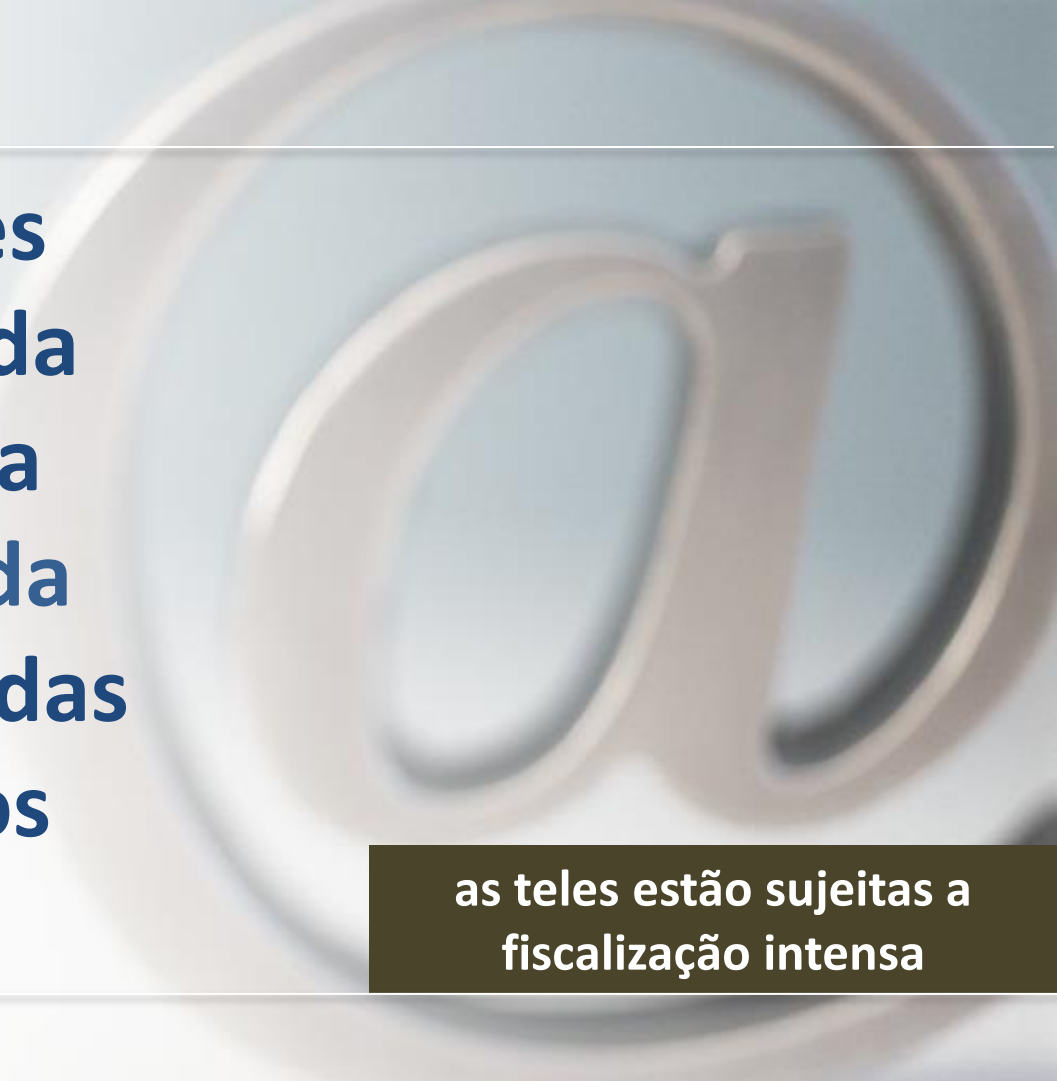


os maiores *datacenters* da
América Latina estão no Brasil,
resultante de grandes
investimentos das teles

os sistemas de
operação e
suporte das teles
possuem acessos
restritos,
protegidos e
rastreáveis



os sistemas de gestão de dados
pessoais, assim como a interceptação
legal são passíveis de auditoria e
fiscalização pela Anatel



**histórico das teles
atesta a garantia da
inviolabilidade da
intimidade, da vida
privada e do sigilo das
comunicações dos
seus usuários**

**as teles estão sujeitas a
fiscalização intensa**

grandes provedores de
aplicação da internet
leem o conteúdo
existente nos seus
servidores e vendem
essas informações na
forma de publicidade



investimento publicitário na internet
deve ultrapassar o total em revistas e
jornais em 2015⁽¹⁾

(1) Fonte: pesquisa da consultoria *Wark International Ad Forecast*

o email é lido e com base no seu conteúdo, anúncios publicitários são oferecidos

Hotéis: [Booking.com](#) - [www.booking.com/Hoteis](#) - Melhor Preço Garantido! Reserve Já. 230.000+ hotéis no mundo inteiro

Viagem Entrada x

para mim ▾

Vamos viajar?
Posso comprar as passagens?

Clique aqui para [Responder](#) ou [Encaminhar](#)

Hotéis: [Booking.com](#)
Melhor Preço Garantido! Reserve Já. 230.000+ hotéis no mundo inteiro.
[www.booking.com/Hoteis](#)

Anúncios – Qual o motivo deste anúncio?

Este anúncio é baseado no e-mail que você está visualizando. As [Configurações de anúncios](#) permitem que você controle os anúncios exibidos.

Este anúncio é baseado no e-mail que você está visualizando. As [Configurações de anúncios](#) permitem que você controle os anúncios exibidos.

Passagens Aéreas Promoção
Baixamos os Preços das Passagens. Passagens a partir de 6x R\$ 19,00!
[passagens.partiuviaagens.com.br](#)

Gol Passagens A Um Real
Os 10 Resultados de Topo com Peeplo para: Gol Passagens A Um Real
[Peeplo.com/gol_passagens_a_um_re](#)

Promoção Passagens Aéreas
Passagens Aéreas para Colômbia. Confira Todas as Linhas Aéreas!
[skyscanner.com.br/Colombia](#)

propagandas

o mesmo acontece com os conteúdos das redes sociais



Compartilhamento >

Marcação

Linha do tempo

Busca social

Localização

Aplicativos

Anúncios >

Créditos

Anunciando na rede social xx

A rede social XX obtém a maior parte de seu dinheiro através de anúncios exemplo:

1

Uma empresa cria um anúncio

Imagine que uma academia abriu no seu bairro. O dono cria um anúncio, convidando as pessoas para um treino gratuito.

2

A rede social XX é pago para distribuir o anúncio

O dono envia o anúncio para a rede social XX e descreve quem deve vê-lo: pessoas que moram por perto e que gostam de correr.

3

As pessoas certas veem o anúncio

A rede social lhe mostra o anúncio se você mora na cidade e gosta de correr. É assim que o anunciante alcança você sem que o Facebook precise compartilhar suas informações particulares.

As pessoas certas veem o anúncio

A rede social lhe mostra o anúncio se você mora na cidade e gosta de correr. É assim que o anunciante alcança você sem que

Os anúncios ajudam a manter a rede social XX gratuito

Desde o início, a rede social XX foi criado para ser usado gratuitamente. Atualmente, custa mais de 1 bilhão de dólares para manter o site no ar; a distribuição de anúncios foi a forma que a rede social XX encontrou de bancar todos esses gastos

Você vê anúncios personalizados

A rede social XX tenta lhe mostrar anúncios nos quais você mais terá interesse. Esses anúncios são escolhidos com base nas coisas que você faz na rede social XX, como curtir uma Página e as informações que a rede social XX recebe de você e de outras fontes. Encontre mais informações.

Eric Schmidt, ex CEO do Google

“Nós sabemos onde você está. Nós sabemos onde você esteve. E nós podemos saber mais ou menos o que você está pensando agora.”

declaração feita em outubro de 2010, quando ainda era presidente do Google, para a revista The Atlantic durante o Washington Ideas Forum.

Texto em inglês: *“We know where you are. We know where you've been. We can more or less now what you're thinking about.”*

Fonte: <http://www.theatlantic.com/technology/archive/2010/10/googles-ceo-the-laws-are-written-by-lobbyists/63908/#video>

o **usuário** jamais deve
ter que **pagar** com o seu
sigilo e sua **privacidade**
por qualquer serviço ou
aplicação
disponibilizada na
internet



legislação brasileira
deve impedir que
qualquer serviço
prestado no País
esteja sujeito a um
foro ou juízo arbitral
com sede no exterior



termos de serviço de um provedor internacional de aplicação

Políticas e princípios

[Visão geral](#) > [Termos de Serviço](#)

[Termos de Serviço](#)

[Arquivar](#)

Termos de Serviço do provedor

Última modificação: 1 de março de 2012

....

As leis da Califórnia, EUA, excluindo as normas da Califórnia sobre conflitos de leis, serão aplicáveis a quaisquer disputas decorrentes de ou relacionadas com estes termos ou Serviços. Todas as reclamações decorrentes de ou relacionadas com estes termos ou Serviços serão litigadas exclusivamente em tribunais estaduais ou federais da Comarca de Santa Clara, Califórnia, EUA, e você e o provedor autorizam a jurisdição pessoal nesses tribunais.

política de uso de dados de outro provedor internacional de aplicação

[Cadastre-se](#)

E-mail ou telefone

Senha

Entrar

☐ Mantenha-me conectado

[Esqueceu sua senha?](#)

Política de uso de dados → Mais algumas coisas que você precisa saber

Mais algumas coisas que você precisa saber

Seus direitos de privacidade com base na legislação da Califórnia

A legislação da Califórnia permite que seus residentes solicitem determinados detalhes sobre quais informações pessoais uma empresa compartilha com terceiros, para fins de marketing direto desses terceiros. A rede social XX compartilha suas informações com terceiros para esses mesmos fins a menos que receba permissão. Saiba mais sobre as informações que recebemos e como elas são usadas e outros sites e aplicativos. Caso você tenha dúvidas sobre as nossas práticas de compartilhamento ou sobre os seus direitos com base na legislação da Califórnia, escreva-nos no endereço XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXX ou fale conosco por esta página de ajuda.

**legislação brasileira
deve tratar os serviços
da internet no Brasil
prestados a partir de
servidores e
plataformas situados
no exterior**



**todos os serviços devem
respeitar a legislação
brasileira**

CONCLUSÃO

**As Telecomunicações do Brasil
são
necessárias, essenciais,
singulares e estruturantes
do
desenvolvimento sustentável
com inclusão social.**



CESAR RÔMULO SILVEIRA NETO

cromulo@telebrasil.org.br

